

Os censores do 25 de Abril: o pessoal político da censura à imprensa

A censura previne, não remedeia

Coronel David dos Santos, director-adjunto dos Serviços de Censura (1956)

A principal censura é a que se exerce só pelo facto de existir censura

Raul Rego (1969)

Na madrugada que Sophia crismou como "o dia inicial inteiro e limpo", esboroava-se um dos três pilares em que se alicerçava a vetusta ditadura salazarista-caetanista. O Exército encurralado pela impossível vitória militar na frente colonial punha termo ao regime autoritário que tinha na Polícia Política e na Censura os seus dois outros baluartes. No 25 de Abril de 1974 a PIDE sucumbia, enquanto na rua da Misericórdia, aos censores, já não chegavam os estafetas com os granéis para "exame prévio".



No recorte literário de um grande narrador, José Cardoso Pires descreve esses momentos com os censores "às secretárias, embalados numa rotina de meio século":

A dada altura levantaram a cabeça, medindo as horas, e todos à uma desataram a telefonar para os jornais. Reclamavam as provas dos textos das edições da tarde. Exigiam pressa, ameaçavam. Estavam de tal modo viciados da autoridade, tão enraizados nos cadeirais sombrios - vivendo neles, larvando papel, reproduzindo-se - que se julgavam instituição natural, função pública. Prolongáveis para lá do fascismo que se estava a extinguir. (Pires, 1999: 199)

Mário Bento, o último censor-mor do Estado Novo, na manhã do dia 26, pouco antes do assalto popular à sede da censura, dera um último conselho sábio a um coronel que ainda perguntava o que fazer: esteja "quieto e calado". E assim ficaram, mudos e quedos para sempre, até ele próprio decidir, depois de muito instado, a contar a sua verdade ao *Expresso* há quatro anos.

De que estrutura estamos a falar quando nos referimos à censura à imprensa? Que comparação pode ser feita com os outros pilares de sustentação do regime? De que fontes dispomos para o seu estudo?

Comparada com as Forças Armadas, em particular o Exército, que sempre mostrou transparência na hierarquização dos seus oficiais através da publicação anual de *Listas de Antiguidades*, a polícia política mostrou-se mais reservada, nem sempre publicando as listas de antiguidades no *Diário do Governo* por forma integral, calculando-se que em Portugal a PIDE/DGS teria em 1974 cerca de 1200 elementos. Essa publicação mereceu, aliás, crítica por parte das chefias da polícia política pela informação que transmitia dos seus agentes para o exterior, nomeadamente para o PCP (Pimentel, 2007: 52-54).¹

Em termos numéricos, a estrutura da censura representava apenas a décima parte da PIDE/DGS, com cerca de 70 a 90 censores, se incluídos os 20 delegados substitutos não remunerados em permanência, e 30 auxiliares, mas a sua influência na sustentação do regime terá que ser aferida noutro patamar: o permanente condicionamento da informação, eliminando quer a oposição - ou de uma forma mais radical projectando a própria "morte da políti-

ca" (Baptista, 2012: 428) -, quer qualquer sinal de conflito ou luta social, propugnando o conformismo e as hierarquias, na família, nas relações laborais ou no desporto, padronizando os valores da sociedade pelos do regime, castrando a liberdade de criação, qualquer que fosse a sua expressão.²

Se há uma característica diferenciadora da censura é, sem dúvida, o "hermetismo natural dos Serviços, incompatível com discussões de café pouco conformes à natureza confidencial das suas actividades (...)"³

Raras foram as situações, no Estado Novo, em que os nomes dos censores foram dados a conhecer publicamente, com a eventual excepção do director em exercício. Dentro da classe jornalística a comunicação entre a censura e os jornais obedecia a regras estritas: só as chefias de redacção e, mais raramente, o director dialogavam com a censura, quase sempre pelo telefone, como reconhece Francisco Balsemão para quem os censores, "quase todos militares na reforma, eram entidades misteriosas mas desinteressantes", conhecendo "os nomes de apenas alguns deles" (Castanheira, 2009: 9).

O que explica que a generalidade dos profissionais desconhecesse em absoluto os responsáveis pelos cortes manifestando, ainda hoje, as mais desencontradas opiniões sobre os censores: enquanto para Roby Amorim a censura salazarista "era constituída por meia dúzia de oficiais do exército que tinham conseguido chegar ao fim da carreira na posição de tenentes e capitães e eram totalmente analfabetos", situação alterada por Caetano que "substituiu estes sujeitos todos, totalmente incapazes, e pôs censores que sabiam o que estavam a fazer" (Correia e Baptista, 2009: 369), para Germano Silva, "de uma maneira geral, pela forma como conduziam as coisas, via-se que não eram pessoas destituídas. Sabiam o que estavam a fazer e o que estavam a cortar". Mas Adelino Cardoso interroga-se: "Porque é que os censores eram todos coronéis reformados, muito estúpidos, que não compreendiam as próprias instruções que tinham?".⁴ (Ver quadro 1)

EXISTEM diversas condicionantes ao nível das fontes para o estudo da censura à imprensa, quer de natureza interna quer externa ao próprio aparelho censório. No

QUADRO 1

FUNCIONÁRIOS DA COMISSÃO DE EXAME PRÉVIO EM 1974

ESTRUTURA	PESSOAL POLÍTICO	PESSOAL AUXILIAR
Direcção/Comissão de Lisboa	40	18
Comissão do Porto	6	4
Comissão de Coimbra	4	3
20 Delegações (Continente e Ilhas)	21	3
Subtotal	71	28
TOTAIS		99

Fontes: Relação de vencimentos pagos ao pessoal de escriturários, contínuos e serventes, em serviço na Sede, Comissões e Delegações, 31 de Março de 1974, IAN-TT, SNI/DSC, Cx. 443; relação dos vencimentos pagos ao pessoal em serviço na Sede, 31 de Outubro de 1973, Cx. 443; IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 790, ordem de serviço da DSC de 14 de Março de 1974.

plano interno destacamos: a sede em Lisboa foi sendo ao longo dos anos sucessivamente transferida e, já no marcelismo, a quantidade de material acumulado em arquivo ditou o expurgo da maior parte da documentação anterior a 1955; nas comissões e delegações a situação foi ainda mais precária porque não possuindo, na quase totalidade, instalações próprias o material foi sendo destruído ao longo do tempo.

A nível externo as condicionantes começam nos próprios jornais e revistas que não cuidaram, em geral, de organizar ou conservar por se terem perdido ou deteriorado os "dossiers" dos cortes e confluem na destruição ou dispersão do arquivo da sede de Lisboa e da comissão do Porto nos dias a seguir a 25 de Abril.⁵

Parte desse material poderá não estar irremediavelmente perdido a julgar pela disponibilização recente *on line* de alguns documentos desses arquivos. Como salienta a Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, os arquivos dos serviços de Censura foram "em grande parte destruídos, em actos precipitados, intencionais ou inconscientes", havendo razões para crer que essa intencionalidade explicará o desaparecimento quase total dos dossiers respeitantes ao pessoal político, actualizados no marcelismo.⁶ Por fim, tratando-se de acontecimentos com apenas quarenta anos, os dados pessoais existentes em arquivos civis ou militares não estão disponíveis pelo que nos está vedada a utilização do método prosopográfico do período anterior a 1945.

CENSURA NO PÓS-GUERRA: FERRO E CAETANO

A emergência dos regimes autoritários de Salazar e Franco, com origem na época dos Fascismos, obrigou-os a algum *aggiornamento* no pós-guerra, marcado pelo triunfo das democracias no Ocidente e o rápido levantar das barreiras da Guerra Fria a Leste. Salazar, sob o escudo protector das potências ocidentais, rebaptizou a polícia política PIDE, promoveu as primeiras eleições, "tão livres como na livre Inglaterra", em Novembro de 1945, que servirão de

padrão para as sucessivas fraudes eleitorais até ao 25 de Abril e, logo em 1944, depois duma remodelação do Governo e da substituição do tenente-coronel Álvaro Salvação Barreto à frente da censura, trocou o velho Secretariado da Propaganda Nacional por um Secretariado Nacional da Informação, menos exultante para quem, como António Ferro, se sentia movido pela "febre de acção"⁷, mas não menos eficaz no controlo da imprensa, agora directamente subordinado à Presidência do Conselho.

Por largas décadas irão ser recorrentes os alvites ou promessas do regime de aliviar ou anular a censura à imprensa. Analisaremos brevemente apenas dois casos: as reuniões do Conselho de Imprensa de 1945 e o projecto de Marcelo Caetano em 1957 enquanto ministro da Presidência. A transformação do SPN em SNI previa o funcionamento de um Conselho de Imprensa, órgão de consulta do Secretário Nacional da Informação, constituído pelos directores dos jornais diários, o director da Censura e o chefe da repartição de Informação, tendo como finalidade "assegurar o contacto entre os jornais e o Estado, elucidando-os acerca do pensamento governativo e ouvindo as sugestões que entenderem formular no interesse da sua missão".⁸

Na primeira reunião de 8.2.1945, presidida por António Ferro, participaram catorze directores de jornais e o sub-director da Censura, capitão Aníbal Afra Nozes. O director de *O Século* criticou a dualidade de critérios da censura de Lisboa e Porto que o censor considerou como "pequenas imperfeições de serviço" e António Ferro acentuou "a autonomia da censura" e o facto dela existir "em todos os países do Mundo, ainda os mais liberais". Nas três reuniões que se seguiram até à última de 27 de Junho, os directores de jornais apelaram repetidamente a alterações do regime de censura mas só colheram evasivas de António Ferro, escudado num estudo-síntese que estaria a ser feito, para o qual Salazar, que "considerava favoravelmente a possibilidade de revisão da Lei de Imprensa",

1) IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 798. Pelo Boletim 5/62 de 8.2.1962 foi proibida a publicidade às diligências e actividades das polícias em assuntos de ordem política e social, designadamente a PIDE, e pelo Boletim 10/62 de 4.4.1962, com "Recomendações muito importantes", proibiram-se quaisquer notícias relativas a movimento de pessoal da PIDE como nomeações, transferências, exonerações, etc.. 2) IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 799. O Boletim 26/51 de 26.6.1951, Confidencial, no contexto das directivas para a campanha eleitoral de 1951 enuncia com inusitada candura o programa de conformismo social: "Como os adversários certamente pretenderão criar ambiente revolucionário e explorar as más paixões e os maus instintos, deve ser eliminado tudo o que tente minar a propriedade, hierarquia social, o respeito mútuo e as normas de sociabilidade. Os ataques às autoridades sociais, como o proprietário, o patrão, o sacerdote, etc. não podem ser permitidos." 3) IAN-TT - SNI/DSC, Cx. 799, "Normas de Serviço Interno - Recomendação", Boletim nº 7/56 de 2 de Fevereiro de 1956. 4) Público, "Coronéis armados de lápis azuis", 27 de Abril de 2005. 5) IAN-TT- SNI/DSC, Cx. 769. Em 4 de Abril de 1975 foi nomeada pelo Director-Geral da Informação uma comissão encarregada de analisar os documentos da extinta Comissão de Censura/Exame Prévio constituída pelo major Manuel Pedroso Alves Marques, capitão António José de Carvalho Monteiro e Altair Lucchesi Campos (um destacado refugiado político, ex-capitão do exército brasileiro, membro da Vanguarda Popular Revolucionária) e ainda cinco funcionários dos serviços da DGI. Não tendo cumprido a tarefa que lhe fora atribuída em tempo útil foi nomeada nova Comissão de Análise em 29.8.1975, com oito elementos civis encabeçados pelo já citado Lucchesi Campos. Nesse mesmo ano a documentação seria levada para a Biblioteca Nacional onde permaneceria até dar entrada na Torre do Tombo em 1997. 6) Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1980: 6. 7) IAN-TT-AOS/CP/112, Carta de António Ferro a Oliveira Salazar de 7.7.1950. 8) Artigo 7º do decreto-lei nº 34133 de 24 de Novembro de 1944, *Diário do Governo*, I Série, nº 260.

pedia contributos dos jornais, que foram entregues sem qualquer resultado prático.⁹

Se alguma dúvida houvesse sobre a determinação do regime em manter um apertado modelo de censura prévia à imprensa, o relatório enviado pelo director da censura a Salazar após as eleições de Novembro de 1945, em que pela primeira vez as forças da oposição em torno do Movimento de Unidade Democrática denunciaram a política do regime, é bastante esclarecedor. Trata-se, segundo o director Larcher, de "um mapa estatístico, elaborado por distritos, acerca da posição da imprensa portuguesa, tanto antes como depois de terem sido concedidas as possíveis liberdades de crítica aos actos do Governo, da administração geral ou local, da legislação publicada e a propaganda das várias políticas".¹⁰

A percepção de que qualquer exercício de liberdade de imprensa se virava inevitavelmente contra a Ditadura, pois em apenas dois meses de "liberdades possíveis" em 1945 a percentagem dos jornais que passou para uma posição hostil ao regime passou de 3,4% para 17,9% do total¹¹, evidenciava o fracasso da política de criação de um consenso nacional em torno do Estado Novo (Tengarrinha, 2006:197), levando à adopção de continuadas medidas repressivas como a aplicação de multas e a própria suspensão de jornais, quer pela publicação de uma notícia não submetida a censura prévia, quer por pretextos de ordem burocrática como mudança de tipografia sem autorização, mudança de proprietário ou de director sem cumprimento das formalidades, ou o simples atraso no envio dos boletins de estatística para as delegações de censura.¹²

Marcelo Caetano, fiel ao ideário da juventude, do integralismo ao corporativismo fascista, salazarista por convicção e pragmatismo, percorreu ao longo de décadas os degraus do poder, ganhando influência e tecendo o "partido informal" de que fala Franco Nogueira, já na década de 50, quando foi chamado por Salazar para ministro da Presidência, de que se ocupou entre 1955 e 14 de Agosto de 1958, com tutela sobre o SNI e a Censura.

Caetano atribui ao Presidente do Grémio Nacional da Imprensa Diária, João Pereira da Rosa, director de *O Século*, a confiança de ser sua intenção "estudar uma lei de imprensa que permitisse abolir a censura", estabelecida na Ditadura Militar porque "a imprensa portuguesa não tinha a noção dos limites e a repressão judicial dos delitos era demorada". Incitado por João Pereira da Rosa, elaborou o projecto de lei de imprensa que discutiu com ele e outros directores de jornais, não explicando por que não foi posto em prática. "O projecto de lei de imprensa

andou para trás e para diante a ser visto e revisto pelos doutos, e lá ficou quando deixei o Governo" já em Agosto de 1958. Dez anos depois, ao assumir a Presidência do Conselho, revisitou o projecto antigo mas "envelhecera" e houve que fazer outro (Caetano, 1977: 471).

Este projecto marcelista tornou-se parte da hagiografia "liberalizante" de Marcelo, a par do exercício de Reitor da Universidade de Lisboa. A mais completa biografia de Caetano (Castilho, 2012: 356) cita o projecto sem nunca o analisar. Valerá a pena, por isso, determo-nos um pouco no seu articulado. Com quarenta páginas e dividido em cinco capítulos, o artigo 2º fixa, à partida, os requisitos antidemocráticos para se ser director e editor na imprensa periódica e que obrigava a "não revelarem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política". Mantém-se os constrangimentos quanto ao número de páginas dos diários, não superior a dez, e a obrigatoriedade de inserção de notas oficiosas. A tipificação dos "abusos do direito de liberdade de imprensa" é minuciosa e a aplicação de multas ou outras penalidades severa, podendo levar à suspensão do periódico e interdição do exercício da profissão para os directores e chefes de redacção, mas o facto mais relevante é o projecto contemplar a censura prévia à imprensa "quando o Governo a considerar necessária para a defesa da segurança interna e externa da Nação", com enumeração de assuntos sobre os quais incide a censura de tal modo abrangentes que neles cabe praticamente tudo, dependendo as comissões de censura "exclusivamente da Presidência do Conselho". Trata-se, pois, de um projecto de lei que aposta numa política repressiva sobre a imprensa, com alguma margem para intervenção judicial, de quem se espera a aplicação de fortes sanções penais, colocando em segundo plano a censura prévia que, no entanto, não é liminarmente excluída (Rosas, 1994: 506).

O projecto de Lei de Imprensa poderá ter sido uma tentativa reformista para alargar a sua área de influência e testar os limites do exercício dos seus poderes, revelando-se incapaz de o pôr em prática num período em que se acumulavam as tensões entre as facções civilista e militarista, monárquica e republicana, dentro do regime. Ironicamente, Salazar utilizaria em 27 de Julho de 1957 o arbítrio da censura, por ele controlada pessoalmente, para humilhar Caetano ao proibir a reprodução pelos jornais da manhã da entrevista dada pelo ministro da Presidência à *United Press*, onde defendia não existir em Portugal uma

09) IAN-TT-AOS/CO/PC-12E, fls. 475 a 508 e IAN-TT - SGPCM, NT 112, Proc. 876/66, nº 20. **10)** IAN-TT-AOS/CO/PC-8D, Pasta 16, fls. 691-692, Ofício nº 1229 de 21.12.1945 do director da Direcção dos Serviços de Censura Armando Larcher para a Presidência do Conselho. **11)** Rui Ramos (Coordenação), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2ª edição, 2010, p. 670 refere que o número de periódicos hostis passou de 1,7% para 9,3% do total por ter contabilizado as publicações neutras cuja natureza não é estritamente política. **12)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 799, Boletins 1/51, 3/51, 4/51 do mês de Janeiro de 1951.

MAPA Nº 1

Relação dos vencimentos pagos ao pessoal em serviço na Sede
NO MÊS DE OUTUBRO DE 1973

Nomes	Insp.	Serviço domingos	Total	Parafócia	LÍQUIDO
Dir. Dr. Mário Bento	12.000\$00		12.000\$00		12.000\$00
Dr. Bento Garcia	9.000\$00	750\$00	9.750\$00		9.750\$00
Dr. Victor Manuel Sá Pereira ..	9.000\$00	1.000\$00	10.000\$00		10.000\$00
Maj. José de Sousa Chaves	6.325\$00	1.000\$00	7.325\$00	433\$50	6.891\$50
Eduardo Rodrigues Cardoso	5.000\$00		5.000\$00		5.000\$00
Cor. Victorino Galvão	5.060\$00		5.060\$00	39\$90	5.020\$10
Cor. Dúlio F. Simas	5.060\$00		5.060\$00		5.060\$00
Cor. Francisco C. Salgado	5.060\$00	250\$00	5.310\$00		5.310\$00
Dr. Simão Gonçalves	5.060\$00		5.060\$00		5.060\$00
● José Brandão de Melo	4.744\$00		4.744\$00		4.744\$00
Cap. António F. Martins	4.744\$00	250\$00	4.994\$00	233\$30	4.760\$70
Alf. José Cyrne	4.744\$00		4.744\$00	62\$30	4.681\$70
Cor. Júlio A. Fernandes	4.428\$00	250\$00	4.678\$00		4.678\$00
Cor. Orlando de Oliveira	4.428\$00	250\$00	4.678\$00		4.678\$00
Cap. António Isidro Martins ...	4.428\$00		4.428\$00		4.428\$00
Cor. Mário Cerqueira Rocha	4.175\$00	200\$00	4.375\$00	76\$70	4.298\$30
Cor. José Catela	4.175\$00	200\$00	4.375\$00	98\$0	4.365\$20
Ten-Cor. Pereira d'Almeida	4.175\$00	200\$00	4.375\$00		4.375\$00
Dr. Mário Pinho Lednidas	4.175\$00		4.175\$00		4.175\$00
Manuel da Silva Lopes	4.175\$00		4.175\$00		4.175\$00
Dr. Guerra de Oliveira	4.175\$00	200\$00	4.375\$00		4.375\$00
Cor. Abílio Patinho	4.175\$00		4.175\$00		4.175\$00
Ten-Cor. António G. Cardoso ...	4.428\$00		4.428\$00		4.428\$00
● João A. R. de Albuquerque	4.175\$00		4.175\$00		4.175\$00
Dr. Manuel Cruz	4.175\$00		4.175\$00		4.175\$00
Maj. Manuel M. Soares	4.175\$00	200\$00	4.375\$00		4.375\$00
Cor. Luís Mendes	4.175\$00	200\$00	4.375\$00		4.375\$00
Ten-Cor. António C. de Faria ..	4.175\$00		4.175\$00		4.175\$00
Cor. Joaquim Duarte Miranda ...	4.175\$00	200\$00	4.375\$00		4.375\$00
Cor. Correia e Silva	4.175\$00	200\$00	4.375\$00		4.375\$00
Dr. João de Sousa Ramos	4.175\$00		4.175\$00		4.175\$00
Ten-Cor. José A. de Carvalho ..	4.175\$00		4.175\$00		4.175\$00
Dr. João Pereira	3.800\$00		3.800\$00		3.800\$00
Dr. João Lima Pimentel	3.800\$00		3.800\$00		3.800\$00
Cap. Jorge da S. Carvalho	3.000\$00		3.000\$00		3.000\$00
Ten. José de Sousa Nazareth ...	3.000\$00		3.000\$00		3.000\$00
Dr. António Gonçalves Júnior ..	3.800\$00		3.800\$00		3.800\$00
Maj. Mário C. Rocha	4.175\$00 a)		2.087\$50		2.087\$50
181.884\$00 5.350\$00 187.234\$00 855\$50 186.378\$50					

Lisboa, 31 de Outubro de 1973

a) - Venceu desde 17/X/73

O Tesoureiro
Eduardo Rodrigues Cardoso

questão de regime, expressão que desagradou a Salazar que não queria alienar o sector monárquico.

No livro *As minhas memórias de Salazar*, Marcelo Caetano caracteriza as funções da Direcção dos Serviços de Censura como "de polícia dos delitos de imprensa", recorrendo à imagem do *acelerador e do travão*, este cabendo à censura, o primeiro ao SNI. Por diversas vezes desde o tempo da Segunda Guerra Mundial, Caetano pronunciou-se ou foi informado sobre aspectos da actuação da censura, chegando em 1950 a denunciar directamente a Salazar a acção do presidente da Comissão de Censura de Lisboa, sobre o qual recaía a suspeita de diminuir intencionalmente a posição de um ministro, o que Salazar prontamente desmente como um mal-entendido ultrapassado com as "instruções convenientes".¹³

À frente da censura à imprensa encontrava-se, desde 1944, o coronel Armando das Neves Larcher, um militar com um perfil académico atípico, pois para além do curso de Infantaria da Escola de Guerra era licenciado em Filosofia e Farmácia pela Universidade de Coimbra, antigo professor do Colégio Militar, publicista e censor-mor.¹⁴ Em 1950 esteve na origem do relatório, enviado à Presidência do Conselho, sobre as publicações destinadas à infância e juventude que deu origem à primeira Comissão de Literatura Infantil.¹⁵ Uma das primeiras medidas desta Comissão foi proibir, em 1952, a importação das revistas do Rato Mickey por "considerar os desenhos de animais de W. Disney prejudiciais à formação intelectual e afectiva da criança", parecer que mereceu a concordância do coronel Larcher.¹⁶

Caetano recorda o coronel Larcher por forma ambivalente: considera-o um "homem bastante culto e liberal que criara um estilo amistoso de relações com as redações dos jornais", com quem tinha despacho semanal para transmitir "orientações gerais" (Caetano, 1977: 469) e nunca a apresentação de casos concretos, comprometedores para a imagem que cultivava junto da imprensa. "Tudo correu sem problemas graves até ao dia em que, sentindo aproximar-se a data da aposentadoria por limite de idade, o Cor. Larcher começou a ter pretensões... Mas isso é outra história que não vem para aqui."

NEVES LARCHER: "ACTUALIZAR A EQUIPAGEM"

De facto, a poucos meses da remodelação governamental que afastou Caetano de ministro da Presidência, em 14 de Agosto de 1958, o coronel Larcher redigiu um memorial sobre a imprensa e a censura intitulado "Alguns aponta-

mentos sobre a imprensa e os serviços de censura" com data de 20 de Março. Neste documento, que irá marcar um ponto de viragem na organização da censura e do seu pessoal político, Larcher começa por questionar "a missão de orientar e educar a opinião pública", o papel dos "interesses materiais da publicidade" e a "total falta da preparação profissional do jornalista" para quem seria fundamental uma escola de jornalismo, controlada pelo Estado. Mas a maior parte do relatório está consagrado à censura.

Esta, se em 1926 "se justificava em acção apenas repressiva e exercida só por oficiais do Exército, para defesa do regime nascente" terá que "ajustar as suas funções às novas necessidades" porque "os problemas sociais são outros e outros os inimigos; por isso há que actualizar a equipagem."

São os aspectos de revisão da máquina da censura que merecem a sua atenção começando pelo "sistema de recrutamento de censores". O modelo actual está esgotado por razões de formação do pessoal e de natureza funcional. "A preparação literária dos oficiais do Exército, confinada às Matemáticas e à Técnica Militar ou à Administração Militar, tem-se revelado, salvas as naturais excepções, bastante deficiente na interpretação, no julgamento e na selecção dos textos. Estes, muitíssimas vezes, ultrapassam os domínios daquela preparação limitada e do auto-didatismo". Exercendo-se a censura sobre um leque alargado de publicações, "literárias, filosóficas, sociológicas e económicas - de livros, revistas, panfletos e jornais", está provada "a impossibilidade dum desempenho satisfatório de tais funções". São por isso relativamente frequentes, na década de 50, as diferenças de opinião entre Larcher e alguns dos seus subordinados quanto à proibição de vários livros, como é notório lendo os relatórios de livros censurados.

O segundo argumento contra o sistema de recrutamento é de natureza funcional, um problema que se arrasta desde a Ditadura Militar, quando a censura, confiada a oficiais do activo, se via com frequência tolhida pela incompatibilidade de horários da censura com os das unidades militares, problema que não foi ultrapassado com "a substituição dos oficiais do activo por oficiais em situação de reserva". Estes oficiais "deixam-se envelhecer neste árduo serviço, porque sentiriam a falta de gratificação" e o resultado é que muitos "se sentem cansados", sendo que dos 15 oficiais em serviço em Lisboa só dois não são sexagenários.¹⁷

13) IAN-TT-AMC, Cx. 52, nº 459 e nº 461, Correspondência com Salazar. **14)** *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 18, p. 688 e vol. 40, p. 203. Quando em 2.3.1959 o *Diário de Lisboa* se referiu à exoneração do coronel Larcher após o exercício do cargo de director durante "19 anos" estava certamente a confundir a data de entrada para a censura daquele oficial com a de início de funções de direcção em 1944. **15)** Direcção dos Serviços de Censura, 1950. **16)** IAN-TT -SNI/DSC, Cx. 525, Processo nº 806, "Rato Mickey". **17)** PORDATA. Em 1960 a esperança média de vida à nascença para os homens em Portugal era de 60,7 anos. O coronel Larcher referia-se, em Março de 1958, aos maiores de Artilharia Dúlio Norberto Franco Simas e Francisco Carlos Roma Machado Cardoso Salgado ambos nascidos em 1904. **18)** IAN-TT-AOS/PC/-56, Pasta 34, fls. 215 a 221. **19)** IAN-TT-SNI/DSC, Boletim nº 37/57 de 1 de Julho de 1957. **20)** *Jornal de Mafra*, 29.12.1935 e *O Concelho de Mafra*, 14.7.1935, 20.2.1937, 28.5.1937,



Edifícios onde funcionaram os serviços da Censura.
Quartel da GNR do Carmo. Desde 22 de Junho de 1926 a 1934

Conclui que por força destas condicionantes "o rendimento na qualidade e na quantidade, tem forçosamente de ser deficitário". Exemplificando: é preciso rever a organização da leitura das publicações, nacionais e estrangeiras, "missão delicada" que implica possuir "além do conhecimento de línguas, cultura humanística e capacidade de rápido discernimento para distinguir o principal do acessório", por forma a evitar "coisas desagradáveis e inconvenientes, com naturais reflexos no prestígio do regime". Soluções: enquanto a questão do recrutamento não for resolvida definitivamente propõe uma solução de transição com a criação de um serviço de Leitura que passaria a ser feito por um director do serviço de Leitura e três adjuntos "todos 4 de nível cultural bastante grande". Propõe para Director de Leitura o Dr. Eduardo Antonino Pestana, licenciado em Letras e Direito, antigo director do *Diário da Manhã* e, para adjuntos, "indivíduos que à sua formação nacionalista e cristã juntassem cultura sociológica e filosófica", nomeadamente licenciados em Ciências Histórico-Filosóficas".¹⁸

NEVES MARTINHA: O PRIMEIRO CIVIL

Caetano não terá apreciado que o chefe da censura tenha apresentado formalmente um relatório sobre uma área que tutelava, não se coibindo de sugerir nomeações em áreas sensíveis do pessoal político, particularmente num momento em que chamara para o aparelho alguém da sua confiança pessoal para director-adjunto, o Dr. António Neves Martinha, o primeiro civil na direcção da censura,

substituindo um militar influente como o coronel David dos Santos. Entre os raros testemunhos sobre este censor, louvado pela "sua brilhante inteligência, a sua invulgar cultura, e a sua ponderação serena e criteriosa"¹⁹, regista-se o de José Cardoso Pires que, no contacto pessoal que com ele manteve em 1952 por causa da censura ao livro *Histórias de Amor*, o reputa de "figura curiosa", "paternalista" (Azevedo, 1999: 102-104) e que abandonou a censura em 1 de Julho de 1957 para prosseguir uma auspiciosa carreira que o levaria ao generalato em 1960, tendo sido o autor do inquérito à invasão indiana e rendição de Goa (Meneses, 2010: 532).

Martinha, licenciado em Direito, monárquico na juventude, iniciou a carreira política como presidente da Câmara Municipal de Mafra entre 1936 e 1939, pertencendo activamente à União Nacional e à Legião Portuguesa.²⁰ No pós-guerra entrou para os quadros da Direcção-Geral da Administração Política e Civil, do ministério do Interior, percorrendo entre 1941 e 1948 as secretarias dos governos civis de Vila Real, Setúbal e Santarém. A etapa seguinte levou-o ao ministério da Economia onde foi nomeado em 1953 inspector-chefe da Comissão de Coordenação Económica, cargo que ocupava quando requisitado em 2 de Maio de 1957 pela Presidência do Conselho, a convite de Marcelo Caetano, para a Direcção dos Serviços de Censura, primeiro como director-adjunto, depois como director. Martinha nunca pertenceu ao círculo político próximo de Caetano, o grupo da Choupana, pejorativamente designado na Legião como "marcelinos"²¹, mas manteve uma relação de segunda linha desde os tempos de estudante em Lisboa que proporcionou um reencontro político que iria perdurar para além da chamada de Caetano a Presidente do Conselho. Depois da sua saída da censura em 1965, exerceu funções de fiscal do Governo junto de estações de rádio como o Rádio Clube Português e a Rádio Renascença entrando para a Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos entre 1971-1974.²²

QUESADA PASTOR: "REDUZIR A BITOLA"

Como resultado da segunda crise do regime na sequência do "terramoto delgadista" (Rosas, 1994: 523), a necessidade de controlar uma imprensa em renovação com quadros mais jovens, maior formação académica e de consciência

1.1.1939, 3.12.1939, 17.12.1939. Cf. João Manuel Rodrigues Azeiteiro, "As elites locais e a implantação da União Nacional em Mafra", *Boletim Cultural* 2007, pp. 299-342.**21**) IAN-TT-AOS/PC-57, Pt. 22, sem data, anos 50. **22**) A circulação do pessoal político entre as duas comissões de censura, a de imprensa e a de espectáculos ocorreu por diversas vezes entre elementos destacados dos aparelhos censórios. Os Drs. Bento Garcia Domingues, Simão Lopes Gonçalves e Rui Alvim tiveram desempenho inicial na censura de espectáculos passando depois para a censura de imprensa. Os Drs. José Fernando Quesada Pastor, António Neves Martinha e José Maria Alves fizeram o percurso inverso. Um militar, o coronel de Cavalaria Joviano Alcísio Chaves Ramos, iniciou a sua carreira de censor como delegado da censura em Évora (1955-58) com a patente de capitão e foi nomeado censor de espectáculos em 1972-74.

democrática, o aparelho da censura irá conhecer após 1958-59 o maior e mais rápido alargamento do quadro de censores.

Larcher irá adiar a sua saída até 1959²³ e algumas das suas propostas só então começarão a ser implementadas. O desafio com que o regime salazarista se confrontou na campanha presidencial de 1958 e que se prolongou até 1962 com a luta das massas trabalhadoras e estudantis, bem como o deflagrar da guerra colonial em Angola em 1961, obrigou o regime a reforçar os mecanismos de controlo da imprensa e dos espectáculos.

Não por acaso, o Dr. José Fernando Quesada Pastor, que dirigiu a censura à imprensa até final de 1959 e inicia funções no início de 1960 como presidente da Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos, afirma na primeira reunião que "a bitola tem de ser reduzida", no critério da censura, porque "se tem vindo a acentuar uma largueza na censura que lhe parece inconveniente, porquanto existem certos valores de ordem moral que por serem constantes não podem ser flectidos".²⁴

E esta directiva, que era a de Salazar, vai ter consequências a nível da máquina censória. A relativa abertura operada pelo Secretário Nacional da Informação, Dr. Eduardo Brazão, até ao início de 1958 (Cabrera, 2013: 46-50), é posta em causa dentro do regime. O obreiro dessa renovação organizativa vai ser António Neves Martinha, o verdadeiro homem forte do aparelho num período conturbado, que no curto espaço de dois anos viu sucederem à sua frente três civis, o Dr. José Fernando Quesada Pastor²⁵, o Dr. Eduardo Homem de Gouveia e Sousa²⁶ e o Dr. Guilherme Lourenço Pinheiro²⁷.

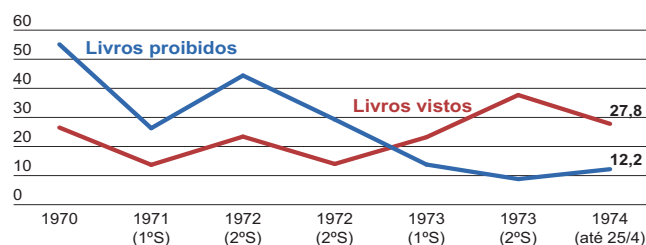
Assim, em Janeiro de 1960, com vista a "uma mais perfeita estrutura de trabalho da censura, em ordem à sua eficácia"²⁸, sistematizou-se um conjunto de procedimentos e normas organizativas que, no essencial, irão manter-se até ao marcelismo como evidência o facto da mesma ordem de serviço ter sido republicada em 1967, na parte referente à Comissão de Lisboa, com pequenas alterações de que a mais significativa é a criação do "Gabinete de Leitura das páginas literárias e económicas"²⁹.

Tomando como centro de decisão a Direcção e a Comissão de Censura de Lisboa, que na prática se confundem, a direc-

tiva, assinada pelo director-adjunto António Martinha estabelece para a Comissão de Lisboa dois grupos de trabalho, diurno e nocturno, com uma estrutura hierárquica rígida de chefes de grupo, subchefes de grupo e leitores, assumindo a Comissão de Lisboa o eixo da Direcção na sua relação com as outras Comissões de Porto e Coimbra e os outros serviços Centrais na sede de Lisboa, a saber, a Secretaria, o Serviço de Controle e o Serviço de Leitura de Livros e Revistas. Particular interesse tem o Serviço de Controle que, para além de executar "a leitura posterior e exame crítico da imprensa", designadamente a diária de Lisboa e Porto, tem a seu cargo a "organização de um ficheiro geral da imprensa do país, de modo a habilitar, rápida e seguramente, à definição das suas tendências sociais e políticas".

O controle sistemático sobre a matéria publicada teve início na década de 50, competência atribuída a um censor experiente, o capitão miliciano de Artilharia, José da Silva Dias, ex-subdirector, "pelo longo conhecimento que tem deste serviço" onde terá entrado em 1938, "dispensado, com é de justiça, de todo e qualquer outro serviço pela exigência da maior concentração espiritual"³⁰. Posteriormente, este cargo sensível foi desempenhado pelo capitão miliciano de Cavalaria Jorge Alberto da Silva Carvalho (1893-1973), presidente da Comissão de Lisboa, pelo capitão miliciano de Artilharia José Augusto Brandão Pereira de Melo (1890-1974) até 1968, interinamente pelo major José de Sousa Chaves e desde 1969 até ao fim do regime pelo coronel de Artilharia Francisco Carlos Roma Machado Cardoso Salgado.

Publicações não-periódicas proibidas/publicações "apreciadas" pela comissão de censura/direcção geral de informação



Fontes: documentação IAN-TT-SNI/ Direcção dos Serviços de Censura

23) O coronel Neves Larcher foi exonerado a seu pedido das funções de director da censura à imprensa em 28.2.1959 sendo premiado pelos serviços prestados ao regime com a nomeação em 1.4.1959 como delegado do governo junto da Companhia Carris de Ferro de Lisboa depois de ter exercido o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da Hidro Eléctrica do Zêzere. Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 40, p. 203. O Boletim 9/59 de 2.3.1959 da DSC publica a carta de despedida do pessoal onde refere "as ingratas, inglórias e extenuantes funções de director dos Serviços de Censura". Cf. IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 797. **24)** PT/TT-SNI-DGE-3-18, Acta nº 139 de 29.3.1960. **25)** José Fernando Quesada Pastor (1919-2000), licenciado em Direito, foi magistrado e iniciou a carreira política como chefe de gabinete do ministro da Presidência Pedro Teotónio Pereira em 1958. Para além de director da censura à imprensa foi presidente da censura aos espectáculos e presidente do Conselho de Programas da Emissora Nacional antes de ocupar o cargo de chefe de gabinete do Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, até 1974. Processo individual no Conselho Superior da Magistratura, Maço 557. **26)** Eduardo Homem de Gouveia e Sousa (1908-1970) nasceu na Madeira, em Câmara de Lobos, mas estudou Direito em Lisboa onde se licenciou em 1931. **27)** Guilherme Lourenço Pinheiro nasceu em 1907 na freguesia de S. Martinho, Sintra. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa em 1937, advogado, magistrado, ficaria conhecido pela sua actuação no Tribunal Plenário Criminal onde presidiu a numerosos julgamentos de presos políticos. Processo individual no Conselho Superior da Magistratura, Maço 586. Cf.



Rua Nova da Trindade nº 62-1º (na antiga numeração e edifício já desaparecido). De 1934 a 1943

O gráfico 1 ilustra as principais transformações no aparelho da censura a nível dos serviços centrais no início dos anos 60: o rápido acréscimo do número global de censores que, em pouco mais de dois anos, passa de 15 para 25 elementos; a entrada de civis que, entre 1960 e 1966, duplicará dando alguma expressão à proposta do coronel Larcher de criação de um corpo especializado de censores; a entrada e reforço dos coronéis³¹ no aparelho, ocupando a quase totalidade das *chefias intermédias*, decisivas no funcionamento diário da máquina censória, e que está na origem da memória da "coronelização" da censura concretizada na década de 60; finalmente, a persistência de um núcleo residual de capitães e subalternos, quase todos com longo historial na censura que justifica a posição proeminente ocupada por alguns como o tenente José de Sousa Nazaré, oficial censor desde 1935.

1965: ALVIM E A PULSÃO NEOFASCISTA

António Neves Martinha irá abandonar a direcção da censura em Setembro de 1965, em circunstâncias peculiares, considerando o persistente trabalho ao longo de oito anos. Deste período conhecemos apenas parte do relatório que enviou, em finais de 1964, à Presidência do Conselho, onde já é patente a preocupação com a falta de remuneração dos delegados substitutos, bem como a necessidade de alargamento do número de censores em Lisboa, Porto e Funchal, no quadro de excesso de serviço a que o aparelho da censura já não responde com eficácia.³²

Como elucidou Riccardo Marchi, num estudo notável sobre a direita radical (Marchi, 2009), o sobressalto das eleições presidenciais de 1958, a crise académica de 1962 e, sobretudo, o alastrar da Guerra Colonial, propiciaram o ressurgimento do nacionalismo revolucionário, com maior ou menor coloração neofascista, em torno do Centro de Estudos Alfredo Pimenta que irá fazer a ponte entre gerações nacionalistas, onde vamos encontrar nomes como o de Carlos Guerra de Oliveira e Rui Alvim, para além de outros referenciados por Marchi como Jorge Fernandes Moreira, Mário Pinho Leónidas, José Rebordão Esteves Pinto ou Afonso de Jesus Caveiro.

As várias organizações grupusculares de orientação radical ou neofascista como o Movimento Jovem Portugal ou a Frente de Estudantes Nacionalistas não sobrevivem desligadas do aparelho do Estado, antes são amparadas por várias instituições que as subsidiam como a PIDE, a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, o ministério do Interior e o ministério da Educação Nacional, esforçando-se alguns dos seus dirigentes por acomodar-se no regime e fazer carreira nos ministérios (Marchi, 2009: 47).

Quando em meados de 1965 Rui Alvim é nomeado director da censura à imprensa percorrerá já um caminho que o levou à frequência de Direito em Coimbra entre 1947-51, interrompendo o curso para cumprir serviço militar até 1955, altura em que retomou os estudos e se candidatou em 1957-58 (Marchi, 2009: 138, 140-143) à presidência da Associação Académica de Coimbra que venceu, contando com a colaboração da PIDE (Campos, 2009: 65).

Já licenciado em Direito, transfere-se para Lisboa onde o currículo nacionalista ganhou em Coimbra lhe abre as portas para a Legião Portuguesa e a União Nacional, de cuja comissão distrital fará parte em 1961 porque "pelo seu

Tribunais Políticos. Tribunais Militares especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo, Org. Fernando Rosas et al., Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2009. p. 275. **28)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 792, Ordem de serviço nº 1 de 14 de Janeiro de 1960. **29)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 792, Ordem de serviço nº 1 da DSC republicada em 5 de Maio de 1967. **30)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 799, Boletim nº 29/53 de 19 de Setembro de 1953. **31)** Aquando do relatório do coronel Larcher de Março de 1958 existiam na direcção da censura mais três coronéis, Luís Figueiredo (1893-1966), desde 1.1.1955, e os coronéis Vitorino de Serpa Faria Peres Furtado Galvão (1893-1975) e Pedro António Couceiro Vilar Moreira (1897-1962), desde 1.6.1957, com a particularidade do último ser um velho censor cuja entrada na censura remonta a 20.9.1929, com a patente de capitão, e que reentra na estrutura como coronel na reserva. No ano de 1958 entraram no aparelho quatro novos coronéis: Afonso Jaime de Bivar Moreira de Brito Velho da Costa (1899-1970), Orlando Luís de Oliveira, (n. 1907), que já servia na censura desde 1950 como capitão, Fernando Martins Salgado (1896-1969), antigo censor da comissão do Porto (1936), nomeado ajudante de campo do subsecretário de Estado da Guerra Santos Costa em 1944, e o coronel Rodrigo Augusto Tavares de Almeida Ferreira de Freitas (n.1898). Em 1959 assinala-se a entrada do coronel António Rodrigues de Moura (1898-1971) e, no início de 1960, do coronel Mário Jaime Pinto de Cerqueira Rocha (1903-1980). **32)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 523, Relatório de 16 de Novembro de 1964 à Presidência do Conselho (incompleto).

valor e pelas suas ligações em muito poderá auxiliar nos contactos a estabelecer com os meios académicos", ³⁴ o emprego como chefe de gabinete do ministro da Economia e Agricultura, o *part-time* como membro da Comissão de Exame e Classificação aos Espectáculos (1964-65) e, por fim, o lugar de chefe de Repartição do Fomento do Comissariado do Turismo, cargo que acumulou com o de director dos serviços de censura à imprensa.

O ano de 1965, embora marcado por um refluxo do movimento social, colocou novos desafios ao regime com a extensão, desde finais de 1964, da luta armada a Moçambique e o assassinato, em Fevereiro de 1965, do general Humberto Delgado com ampla repercussão internacional. Em Maio é assaltada por nacionalistas radicais com a cobertura da PIDE, e extinta pelo Governo, a Sociedade Portuguesa de Escritores (Marchi, 2009: 83-84).

O pretexto será a atribuição do Prémio de Novelística pela SPE ao romance *Luuanda*, de Luandino Vieira, a cumprir pena de prisão por "traição e terrorismo" (George, 2002: 114-118). O semanário *Jornal do Fundão*, criado em 1946 por António Paulouro, afecto ao regime, mas que progressivamente dele se demarcou, publicou no n.º 984 de 23 de Maio de 1965, em suplemento literário dirigido por Alexandre Pinheiro Torres, membro do júri da SPE, a notícia da atribuição do prémio e a foto de Luandino Vieira. Tal facto suscitou a intervenção imediata da censura com a apreensão do jornal, suspensão por 180 dias, e a demissão do censor de Castelo Branco, tenente Manuel Dias Catana, acusado de ter actuado com "ligeireza" no processo, não conseguindo "eximir-se ao ambiente local", situação que "já se impunha há muito tempo e só circunstâncias especiais haviam impedido que ainda não tivessem concretizado". ³⁵

Cremos que a situação política vivida em 1965 favoreceu o reforço de elementos da direita radical no aparelho da censura ao nível da Direcção e, particularmente, na Comissão de Censura de Lisboa. Depois da entrada, em 1963, do Dr. Carlos Estêvão da Costa Guerra Machado de Oliveira, Rui Alvim pôde contar com o Dr. Jorge Fernandes Moreira (desde 1.1.1966), José Rebordão Esteves Pinto ³⁶ (desde 30.11.1965), Dr. José Maria Alves, Nuno Múrias, Dr. Nuno de Santa Maria Lima de Carvalho e outros como Mário Pinho Leónidas, que entrarão na censura depois da saída de Rui Alvim, que protagonizou a mais curta e desastrosa direcção da censura por parte de um civil nos anos 60. Rui Alvim foi exonerado a pretexto duma impossibilidade prática de acumulação de funções

de censor com as de chefe da Repartição do Fomento do Comissariado do Turismo, sendo nomeado para lhe suceder, pelo subsecretário de Estado Paulo Rodrigues, o tenente José de Sousa Nazaré ³⁶, mas não deixou de reasumir funções na censura dos espectáculos, onde voltou a exhibir a sua "personalidade forte e influente", afrontando outros membros da comissão. ³⁷

Mais do que problemas de natureza ideológica, terá sido a clivagem geracional com as chefias intermédias de coronéis (estamos na presença de homens cujas idades oscilam entre os 44 anos de Guerra de Oliveira e os 33 anos de Rebordão e Lima de Carvalho, tendo o director apenas 36 anos), a alteração de rotinas dentro da censura e a rigidez de procedimentos a ditar a saída de Alvim. Da escassa documentação remanescente desse período de cinco meses percebe-se algum do mal-estar provocado pela sua intolerância que manda suspender "todas as páginas e suplementos literários", "qualquer referência, crítica ou meramente bibliográfica, a todos os escritores nacionais" e "retratos ou qualquer outra gravura referente a esses escritores" ³⁸, ou quando se insurge contra o censor de Faro, o capitão Mário Lopo do Carmo, um veterano do lápis azul desde 1929, por ter permitido ao *Jornal do Algarve* publicar uma foto de uma mulher em fato de banho em Londres, exigindo a demissão do censor e provas de página em Lisboa ao jornal. ³⁹

Compreende-se que a imprensa tenha visto com satisfação a saída de Alvim e o *Jornal do Fundão* não deixa de referir a mudança que os "homens conscientes e livres da Imprensa tomaram como bom augúrio". ⁴⁰ Data desse mesmo mês de Fevereiro de 1966, a seguir à exoneração de Alvim, a conhecida observação de Salazar a Franco Nogueira: "Neste país, apenas o Chefe do Governo está isento de censura. Todos os demais, incluindo os ministros, lhe estão subordinados". Alguns dias depois, em 21 de Fevereiro, em conversa com o director da PIDE, Nogueira escreve: "Falei-lhe da censura, que me parece exagerada e às vezes estúpida. Concorde, e disse que há um ambiente político desagradável" (Nogueira, 1986: 164).

MARCELO CAETANO, ENFIM O PODER!

Após uma década como reserva do poder "em esclerose", de 1958 a 1968 (Valente, 2002: 45), Caetano foi finalmente cooptado pelo círculo restrito da elite do regime com a garantia no discurso de posse de 27 de Setembro de 1968

33) IAN-TT-AOS/CO/PC, Pasta 19, fl. 407. **34)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 375, Processo disciplinar do *Jornal do Fundão* n.º 339, Despacho da DSC de 25 de Junho de 1965. **35)** Nascido no Fundão em 1932, José Rebordão Esteves Pinto deu entrada no curso de Medicina em Coimbra como "caloiro estrangeiro", designação aplicada a estudantes oriundos de outros cursos dado ter feito uma breve passagem pela Academia Militar de onde foi excluído por falta de aproveitamento. Em Coimbra integrou-se na Real República Prá-Kis-Tão, fundada em 1951 por onze estudantes, entre os quais Afonso de Jesus Caveiro, também ele futuro censor ao serviço do regime. Sobre Rebordão, Marques Vidal, seu contemporâneo na República estudantil: "o caloiro Rebordão, hoje escondido sob o nome de José Esteves Pinto a presidir aos destinos de *O Diabo*, semanário iconoclasta e de pendor anárquico, a malhar à esquerda e à direita por



Largo Trindade Coelho n.º 9-1.º. De 1943 até 1947/48. Foto tirada antes da recuperação do edifício

de que a Ditadura permaneceria intocável e a Guerra Colonial seria levada até ao fim, mesmo à custa de uma derrota militar, como o seu mentor, Salazar, ordenara para a Índia portuguesa.

Interessado pelo poder dos *media* desde os anos cinquenta, teorizou sobre opinião pública e a liberdade, de que tinha uma visão apenas instrumental, firmada no domínio de um escol sobre a massa ignara e impreparada para aceder às liberdades democráticas. Por via desta ideologia elitista e autoritária nunca aceitou a liberdade de imprensa, em nome da defesa duma "opinião pública" encarada com paternalismo e demagogia, justificação encontrada para manter a censura à imprensa apenas aliviada nos meses a seguir à sua tomada de posse como herdeiro de Salazar.

Tirando partido da natural expectativa criada em amplos sectores da população, Caetano apostou na consolidação do poder acenando com as eleições de 1969 que, esperava, lhe iriam garantir a legitimidade política num regime que nunca a conhecera. Para conseguir esse objectivo confiava no Exército, na polícia política e na mordação sobre os meios de informação.

Num período marcado, a partir de 1970, por um processo de concentração de empresas jornalísticas por grupos económicos, a manutenção do controlo directo do poder político irá traduzir-se num reforço do controlo sobre a imprensa (Cabrera, 2006: 259), propiciando uma instrumentalização a que Caetano recorre com frequência comportando-se como "o censor-mor, tomando os directores dos jornais como seus subordinados, instruindo

directamente a orientação editorial do periódico ou exercendo forte pressão para vencer resistências" (Baptista, 2012: 301). Esta manipulação dos *media* ganha, no período que antecede as eleições de 1969, a colaboração de uma assessoria de imprensa dirigida por um patrão da publicidade, Jorge Tavares Rodrigues, com resultados decepcionantes para a campanha marcelista (Cavaco, S., 2012: 570-572).⁴¹

Caetano nunca escondeu ser sua intenção manter o regime de censura prévia a que a imprensa estava submetida, e as escolhas políticas que fez no início do seu mandato eram inequívocas. Para seu chefe de gabinete escolheu o antigo director da censura à imprensa e aos espectáculos, Dr. José Fernando Quesada Pastor e, num sinal de continuidade na máquina da censura, chama o antigo director António Neves Martinha, homem de confiança, à direcção efectiva, mantendo formalmente em funções o tenente Nazaré enquanto escolhia um sucessor à altura das necessidades que as eleições e a estabilidade do regime exigiam. Esse homem forte que acreditava no "controlo perfeito dos jornais que se publicam no País"⁴², capaz de disciplinar o aparelho e adaptá-lo às novas necessidades, vai ser o coronel Armando Páscoa que tomará posse em 21.6.1969, assumindo o tenente Nazaré a posição de subdirector até 1970.

RELATÓRIO NAZARÉ: "ESTRUTURA VELHA DE MAIS DE 30 ANOS"

A estrutura organizativa da censura à imprensa foi definida na reorganização levada a cabo em 1 de janeiro de 1933, a pedido de Salazar, pelo então major Álvaro Salvação Barreto, articulando a Direcção-geral com as estruturas intermédias, as comissões de Lisboa, Porto e Coimbra, e as delegações que rapidamente se fixaram numa base distrital. A única excepção a esta regra foi a criação da delegação de Guimarães em 1956 e a fugaz existência de delegações em Águeda (1952-1955) e em Elvas (1954-1957), expediente encontrado para dirimir tensões entre elites locais do regime à revelia do esforço de centralização do aparelho encetado desde 1933.

Ainda em 1968 o Secretário de Estado Moreira Baptista, assina um despacho em 2.12.1968 que vai levar o tenente Nazaré a percorrer as 18 delegações distritais no continente e Guimarães, com vista à elaboração de um relatório fazendo o ponto da situação do aparelho da censura a nível do país.⁴³ Qual é o retrato que nos faz de "uma estrutura velha de mais de 30 anos"?

feito e temperamento dos seus escribas, por muito que o queiram catalogar de direita e fascistoide." Cf. José Marques Vidal, *Real República Prá-Kis-Tão. Memórias de Coimbra*, Lisboa, Hugin Editores, 2002, p. 57. **36)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 798, Boletim n.º 5/66 de 8.2.1966. **37)** IAN-TT-SNI/DGE, Acta de 9.11.1966, livro 28. **38)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 798, Boletim n.º 14/65 de 23.12.1965. **39)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 515, 11.10.1965. **40)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 527, Carta de 5.3.1966 à Direcção. **41)** A autora parece atribuir uma importância desproporcionada ao relatório apresentado pelo tenente Nazaré, em Janeiro de 1969, o qual manifestamente não condicionou a opção política de manter a censura. **42)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 523. Circular n.º 326 de 10 de Maio de 1971. **43)** Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, 1980: pp. 226-232. Inclui apenas a introdução e conclusões do relatório de 31 de Janeiro de 1969.

A primeira preocupação vai para o pessoal político e para a sua desmotivação, "apáticos e desinteressados", pela "insignificância dos vencimentos" que recebiam face ao acréscimo de trabalho estimulado pelas mudanças na imprensa regional. O "problema crucial" passa pela melhor remuneração dos censores e pelo pagamento de gratificações aos delegados substitutos que praticamente deixaram de ter remuneração permanente no pós-guerra.

O problema das instalações, no quadro do modelo de censura prévia existente, não se afigura ter solução pois a censura era exercida em organismos públicos como a Legião Portuguesa, Quartéis, Intendência dos Abastecimentos, Câmaras Municipais, Delegações Escolares, possuindo instalações próprias apenas as comissões do Porto e Coimbra. Confiante na maioria dos jornais de província, os que se interessam "por pequenas obras locais", vê com apreensão o surgimento nos últimos três anos de "vários e difíceis jornais de oposição", cuja acção sobre a opinião pública "é muito nefasta", o brusco aparecimento de bons redactores nos jornais de Lisboa e Porto que tentam influenciar a província, a revolução "nos costumes, na moral e a agitação estudantil" e, por fim, a circulação de boletins paroquiais que pelo "combate à guerra em África estão sendo altamente perigosos e agitando as pequenas aldeias".

Face ao aumento do número de publicações, que estima em mais de 2000 revistas e livros lidos anualmente na censura, considera que "a actual estruturação da Censura está obsoleta e não evita constantes deslizos", mas como a "censura foi sempre um organismo de carácter provisório admite sem grandes complicações qualquer modificação". E termina, por forma sibilina, apelando a agir com muita urgência "para não correr o risco de já não ser precisa, por desnecessária...".



Fontes: documentação IAN-TT-SNI/Direcção dos Serviços de Censura

MARTINHA: "A NECESSÁRIA REESTRUTURAÇÃO"

Uma clara indicação de que a censura à imprensa estava para durar é a afirmação recorrente na documentação de 1969, assinada pelo Dr. António Martinha, da "necessária reestruturação dos serviços". Enunciemos as principais medidas tomadas com este fim:

- reforço da disciplina interna com vista a melhorar a pontualidade/assiduidade dos censores, e assim, limitar as

reclamações pelos atrasos na censura de provas; quebrar o laxismo reinante fixando um horário mínimo de cinco horas diárias; aumento das gratificações⁴⁴ para o pessoal da sede e, sobretudo, para os censores da província referenciados no relatório do tenente Nazaré; contenção de custos.

- racionalização de meios libertando os chefes de serviços da primeira leitura de provas e responsabilizando subchefes e os censores, designados como "leitores"; intensificação da fiscalização dos grupos de trabalho com vista à uniformização de critérios; atribuição de parte da função de controlo às comissões e delegações (1972).

- melhoria da logística do aparelho com a mudança para as instalações da censura na rua da Misericórdia nº 125, em 22 de setembro de 1969; expurgo em 1970 do arquivo do material anterior a 1955.⁴⁵

- nomeação de um novo director, o coronel Armando Francisco Páscoa⁴⁶ (tenente Nazaré como subdirector), em funções desde 21.6.1969, cujo perfil correspondia às necessidades de reestruturação do aparelho, coronel, militar na reserva, escritor e publicista com colaboração em vários jornais diários, entre os quais, o *Diário de Lisboa*.

No plano funcional a maior alteração decorre de uma directiva da Direcção-Geral da Informação (DGI) de 3.9.1969, de Clemente Rogeiro, transformando o Gabinete de Leitura no Serviço de Leitura Especializada (SLE) para apreciação dos assuntos que "versarem matérias de arte, literatura, filosofia, política e economia, a publicar ou já publicados na imprensa diária e não diária".

Os serviços centrais passavam assim a ser constituídos pela Comissão de Lisboa, Serviço de Leitura Geral (SLG), Serviço de Leitura Especializada (SLE), Serviço de Controlo e Serviço de Publicações Estrangeiras.

No ordenamento jurídico as principais transformações na máquina censória no período marcelista decorrem da criação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT) pelo Decreto-lei nº 48686 de 15 de Novembro de 1968 que, sem pronunciar uma única vez o termo *censura*, remete para a dependência da DGI "os serviços destinados à sua execução".

A revisão constitucional de 1971, se politicamente marcará o começo do fim da ilusão da ala liberal⁴⁷ na liberalização do regime, consumada pela reeleição de Américo Tomás em 1972, irá consagrar este desígnio marcelista de *ocultação* da censura travestida de Exame Prévio, consagrada no Decreto-Lei nº 150/72 de 5 de Maio, com o fundamento de que persistia "a ocorrência de actos subversivos graves em algumas partes do território nacional", eufemismo para a Guerra Colonial (Castilho, 2012, 678-680). Depois de em 1957, como ministro da Presidência, ter substituído o nome de Comissão de Censura aos Espectáculos por Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos (Decreto-Lei nº 41051 de 1 de Abril de 1957), Caetano reincidia com a censura à imprensa, renomeada Comissão de Exame Prévio, proibindo, pela primeira vez desde 1926, que um jornal censurado disso desse conta aos seus leitores.



Calçada da Glória nº 9 - 2º. No edifício do Palácio Foz, de 1947/48 até 1961

MÁRIO BENTO REVISITADO

Nascido em 1928, na aldeia de Meimoa, Penamacor, Mário Bento Martins Soares (Cruz e Pinto, 2004-2005: 628) frequentou durante quatro anos o seminário do Fundão, concluiu o liceu na Guarda e licenciou-se em Direito, na Universidade de Coimbra, onde entrou em 1949, envolvendo-se no movimento associativo, ainda dominado pelas direitas, e em organismos católicos como o CADC e a JUC. Em 1954 iniciou a carreira profissional na magistratura que interrompeu em 1957 para exercer, sem grande sucesso, a advocacia em comarcas da Guarda. Iniciou, entretanto, a actividade política como vogal da Comissão Distrital da União Nacional, colaborando no órgão do partido único, *Correio da Beira*, e com a Legião Portuguesa.

Em 1960 operou uma viragem na sua vida com a vinda para a Polícia Judiciária em Lisboa, onde conheceu o Dr. Garcia Domingues, foi chefe de gabinete do ministro do Interior, deputado em 1965 e governador-civil da Guarda entre 1967 e

1972. A ascensão de Marcelo Caetano, e o périplo deste ao distrito em campanha eleitoral, proporcionou ao Dr. Mário Bento uma aproximação ao Presidente do Conselho, entusiasmado com o banho de multidão que o governador-civil arregimentara, tendo-lhe pedido então o seu currículo.⁴⁸

Ainda governador-civil da Guarda em 1971, Mário Bento ambicionou tornar-se Director-Geral do Serviço Tutelar de Menores e, nesse sentido, enviou uma carta a Marcelo Caetano⁴⁹ "solicitando em momento tão decisivo da minha vida a benevolente compreensão de V. Exa", pois estaria em causa uma oportunidade de promoção "quase única depois que as contingências da vida e as comissões de serviço a que fui chamado me levaram a sair da Magistratura". Termina a sua missiva reafirmando a sua "profunda lealdade e solidariedade política bem como a inteira disponibilidade da minha modesta colaboração em quaisquer circunstâncias e até ao limite em que possa ter utilidade". Acabou por conseguir um lugar como director do Centro de Observação, anexo ao Tribunal Central de Menores, em Lisboa, onde passou a exercer após a sua saída de governador-civil em Novembro de 1972, não sem antes, em Agosto de 1972, noutra carta⁵⁰ enviada ao seu "amigo" Dr. Quesada Pastor, chefe de gabinete de Caetano, recordar que estava em aberto o cargo que tanto almejava.

A disponibilidade manifestada por Mário Bento em servir o regime foi aproveitada por Caetano para o nomear Presidente da Comissão Central de Exame Prévio em Abril de 1973 porque, como confessa ao *Expresso* "não havia forma de fugir". A constituição duma nova direcção da censura à imprensa surgiu como resultado da incapacidade do coronel Armando Páscoa em prosseguir no cargo por razões de saúde e constituiu para muitos uma verdadeira surpresa.⁵¹ Só em Fevereiro de 1974 é que Caetano

44) No período entre Setembro de 1968 e Outubro de 1973 a gratificação mensal do censor de Lisboa passou de 3000\$00 para 4175\$00, um aumento de 39,2%, mas no mesmo período os censores das delegações obtiveram um aumento de 163,3%. As chefias intermédias em Lisboa tiveram aumentos da ordem dos 40%, enquanto o director e subdirectores passaram a auferir 12000\$00 e 9000\$00 respectivamente, correspondendo a um aumento de 100% face à gratificação de 1968. **45)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 792, Ordem de serviço nº 18 da DSC de 18.12.1970, comissão presidida pelo Dr. Bento Garcia Domingues para proceder "à inutilização de documentos do arquivo anteriores a 1955 e lavrar o respectivo auto". **46)** Armando Francisco Páscoa (1904-1978) nasceu em Beja e fez o curso de Infantaria da Escola Militar. Foi director da revista *Infantaria* e colaborador em vários jornais diários, escritor de romances, biografias e ensaios sobre a actividade militar. De 1939 a 1959 foi inspector de Tiro da Mocidade Portuguesa, coronel em 1956, passando à reserva em 1.6.1959. Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 40, p. 280 e vol. 20, p. 512. **47)** A menos de dois meses da sua morte na Guiné o então líder da ala liberal, José Pedro Pinto Leite, em carta a Caetano sobre a censura de um seu artigo para a *Flama* afirmava: "Na própria Censura, onde também estive, ouvi coisas edificantes: "Quem tinha aguentado o Dr. Salazar tinha sido a PIDE e a Censura". Que isto "estava a descambar", etc, etc, etc. Eu já os conheço, já sei onde eles se acoitam, donde eles desferem os seus ataques, contra a sua pessoa, contra a sua política. Não creio que os consiga algum dia contentar, pois é gente que raciocina de cabeça para baixo, e que não oferece a mínima garantia de fidelidade a uma política que visa o bem comum e não a manutenção de privilégios, seja eles de que ordem forem." Cf. *Cartas Particulares a Marcelo Caetano*, 2º Vol., Carta de 12 de Maio de 1970, pp. 212-213. **48)** *Expresso*, "Confidências de Mário Bento - o último director da Censura", entrevista de José Pedro Castanheira, 8.8.2009. **49)** IAN-TT-AMC, Cx. 55, nº 1, Carta de Mário Bento a Marcelo Caetano de 28.7.1971. **50)** IAN-TT-SGPCM, NT 20, Proc. 553, Carta de Mário Bento a Marcelo Caetano de 21.8.1972. **51)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 798. Cartão timbrado de 18.4.1973 do coronel Armando Páscoa para o censor de Angra do Heroísmo, Dr. Gervásio Luso de Sousa Martins: "Como estivesse bastante esgotado pelo esforço dispendido pedi a minha demissão a fim de poder fazer um repouso e tratamento o que presentemente faço, perto de Lisboa, até ao fim do mês."

anunciou a Mário Bento a possibilidade de nomeação para Director-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, inviabilizada pelo 25 de Abril. O saneamento a que foi submetido após a Revolução, a fuga para o Brasil e o regresso a Portugal em 1981 com reintegração nos Serviços Tutelares de Menores, não esconde a amargura por ter aceite um cargo que "não teve força para recusar em definitivo", sempre num discurso desculpabilizante e menorizando a sua acção enquanto censor-mor do regime. (Ver quadro 2)

O INEXISTENTE "GABINETE-FANTASMA"

Tem sido por vezes suscitada a questão da existência no aparelho da censura à imprensa do que, sugestivamente, José Cardoso Pires designa por "Gabinete Fantasma", "uma nova Censura", "dentro do corpo oficial da Censura", cujo objectivo seria "a manipulação da actividade literária com um novo *know-how* e com agentes rigorosamente secretos" (Pires, 1999: 190-191). Já Raúl Rego assinalara em 1969 (Rego, 1970: 26) uma censura especializada e, mais recentemente, Riccardo Marchi, a propósito da censura marcelista à revista neofascista *Política*, admite que a mesma passou a estar sujeita à vigilância do "gabinete especial de censura nas instalações da Secretaria de Estado da Informação e Turismo" (Marchi, 2009: 321). Também António Valdemar, na entrevista de Mário Bento, questiona como foram recrutados os intelectuais dos grupos de trabalho especializados ao serviço da censura, grupos que Mário Bento diz desconhecer negando qualquer interferência "nem a título decisório, nem a título meramente consultivo".

Sobre este ponto cremos que Mário Bento terá razão mas o seu discurso claudica quanto ao impacto das transformações operadas pela entrada em vigor do Decreto-Lei nº 150/72 de 5 de Maio na censura às publicações não-periódicas, com um novo regime jurídico que não se limitou à mudança cosmética de substituir a Censura pelo "Exame Prévio". Executado por forma progressiva desde meados de 1971, o novo modelo de censura de livros passou a responder ao legalismo⁵³ de Caetano, no quadro do regime autoritário, e transitou por completo para a

Direcção-Geral de Informação⁵⁴ escapando, pela primeira vez, à equipa censória dos "coronéis" que passou a limitar-se a registar a decisão tomada no Palácio Foz, remetida igualmente às polícias, PIDE/DGS e Polícia Judiciária ou ao Ministério Público.

A segunda alteração decorreu no próprio processo de censura dos livros em que, ao critério da *oportunidade política*, prevalecente, se juntou o critério da *legalidade*, o que se irá traduzir numa redução substancial das obras proibidas pela aplicação duma bitola mais selectiva e racional, do ponto de vista do regime, apostando preferencialmente no cerco às editoras, como a *Prelo* ou a *Afrontamento*, salvas do encerramento pelo 25 de Abril. A proibição sistemática de obras de cariz marxista, frequentemente sem aplicação directa à realidade nacional, deu lugar a um critério que interditava os livros que colocassem em causa o regime no plano político, social ou moral, fautores de doutrinação ou mobilização de massas.⁵⁵ Não por acaso, o inofensivo *Materialismo e Empiriocriticismo* de Lenine, proscrito em 1949, foi autorizado em 1971, enquanto uma das derradeiras obras proibidas, *Sobre o trabalho de propaganda* de Mao Tse-Tung teve ordem de apreensão pela PIDE/DGS em 22 de Abril de 1974. O gráfico 3 revela essa surpreendente evolução particularmente notória no ano de 1973 marcado pelo acentuar da repressão política e recrudescimento da tortura de presos políticos (Pimentel, 2007: 379).⁵⁶



Fontes: PT/TT/SNI-DSC/13/10, 12, 7, 8 e 9, SNI, Cxs. 658, 853, 526, 573 e 630. O segundo semestre de 1971 regista uma proibição de 25 obras, número inferior às 36 do primeiro semestre.

52) Arquivo Geral do Exército - Proc. 120/80, Cx. 57, Histórico. O tenente José Araújo Martins de Sousa Nazaré (1895-1980) completou o curso de Artilharia da Escola de Guerra em 1918. No seu percurso regista-se a adesão aos ideais monárquicos que o levou ao presídio do Funchal em 1919, de onde se evadiu permanecendo desertor até 1926. Acabou reintegrado no Exército em 1927 e promovido a tenente em 1929. Entrou para a censura em 1935 e nela fez carreira atingindo a posição de director em 1966. Entre 1950 e 1962 foi também presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. **53)** Cf. J. M. Tavares Castilho, Op. Cit., p. 679. **54)** PT/TT/SNI/DSC/13/8, Cx. 573. Em nota ao ofício da Comissão Central de Exame Prévio de 7.9.1972 Galdes Cardoso anuncia a transferência dos ficheiros de milhares de livros censurados da CCEP para o Gabinete de Estudos da DGI. **55)** A enorme quantidade de obras apreendidas vai passar a ser aproveitada no marcelismo para campanhas de doutrinação dentro do aparelho do partido único, a ANP. Segundo Elmano Alves, presidente da Comissão Executiva, aos militantes que frequentavam os "cursos de formação política" era exibida "uma mostra de mais de quatrocentas obras de autores comunistas e socialistas, recentemente editados em Portugal" tendo em vista "alertar os cursistas" para o "espaço de difusão do ideário marxista apostado na conquista da juventude, das camadas intelectuais e de militares operacionais". Cf. Elmano Alves, "A ANP de Marcelo Caetano" in *Marcelo Caetano Tempos de Transição*, Porto Editora, 2012, p. 92. **56)** O quadro apresentado no artigo do *Expresso* de 21.4.2012, Os 900 livros que O Estado Novo censurou está muito longe da realidade porque só em menos de cinco anos de consulado marcelista (1970-1974) foram proibidos 439 títulos.

QUADRO 2

DIRECÇÃO DA CENSURA À IMPRENSA NO ESTADO NOVO (1944-1974)

DIRECTORES/PRESIDENTES	SUBDIRECTORES/DIRECTORES/ADJUNTOS	NOTAS
Tenente-coronel Álvaro Salvação Barreto, até 31 de Março de 1944	Capitão Aníbal Afra Nozes, primeiro subdirector, desde 13 de Outubro de 1943	As patentes militares referem-se ao momento do exercício da função censória
Coronel Armando Jorge das Neves Larcher (1891-1970) de 1 de Abril de 1944 a 28 de Fevereiro de 1959	Capitão Aníbal Afra Nozes, até final de 1945 Major Dimas Lopes de Aguiar, de 1945 a 1946 Major Mário Baptista Coelho, 1946-1947 Capitão miliciano José da Silva Dias 1947-1953 Coronel David dos Santos, de 24.4.1953 a 1. 7.1957 Dr. António Neves Martinha, de 1.7.1957 a 26.6.1961	Cap. Nozes (1900-1971) Major Aguiar (1894-1953) Major Coelho (1892-1955) Cap. Silva Dias (1892-1978) Coronel David dos Santos (1899-1977) Dr. Martinha (1907-1975)
Dr. José Fernando Quesada Pastor, sucede directamente ao coronel Larcher e até final de 1959.	Dr. António Neves Martinha	Pastor, director da censura e chefe de gabinete do min. da Presidência, Pedro Teotónio Pereira até 22.6.1961; presidente da Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos em 26.4.1960.
Dr. Eduardo Homem de Gouveia e Sousa, desde o início de 1960 e até 31.12.1960	Dr. António Neves Martinha	
Dr. Guilherme Lourenço Pinheiro, nomeado para a Presidência do Conselho entre 14.12.1960 e 26.6. 1961 e parece ter exercido desde 1.1.1961	Dr. António Neves Martinha	
Dr. António Neves Martinha de 26.6.1961 a cerca de 15.9.1965	Tenente José Araújo Martins de Sousa Nazaré ⁵²	Tenente Nazaré (1895-1980) nomeado para a Com. de Censura de Lisboa em 1935.
Dr. Rui Edmundo de Araújo Vasconcelos Pereira e Alvim, de aprox. 15.9.1965 a 7 de Fevereiro de 1966	Tenente José Araújo Martins de Sousa Nazaré	Referido em acta da Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos de 15.9.65.
Tenente José Araújo Martins de Sousa Nazaré, de 7 Fevereiro de 1966 até 26.9.1968	Major José Sebastião de Sousa Chaves, subdirector em exercício	Major Chaves (1893-1977) nomeado para a Com. de Censura de Lisboa em 1928.
Dr. António Neves Martinha desde final de 1968 até 21.6.1969		M. Caetano, Presidente do Conselho desde 27.9.1968; chefe de gabinete Quesada Pastor (1919-2000).
Coronel Armando Francisco Páscoa (1904-1978) de 21.6.1969 a 1 de Abril de 1973	Tenente José Araújo Martins de Sousa Nazaré, subdirector desde 7.7.1969 e até 21.4.1970 Dr. Bento Garcia Domingues, subdirector desde 2 de Junho de 1970	Presidente da Comissão Central de Exame Prévio desde 1 de Junho de 1972.
Dr. Mário Bento Martins Soares, de 1.4.1973 até 25 de Abril de 1974	Dr. Joaquim Jorge Mendes de Brito, subdirector de Abril (?) de 1973 a 8.6.1973, substituído pelo Dr. Vítor Manuel Lopes de Sá Pereira que exerce o cargo de subdirector desde 19.6.1973.	Presidente da Comissão Central de Exame Prévio desde 1 de Abril de 1973
Direcção da censura à imprensa no 25 de Abril de 1974:	Dr. Mário Bento Martins Soares Dr. Bento Garcia Domingues Dr. Vítor Manuel Lopes de Sá Pereira	

Fontes: documentação do IAN-TT/SNI/DSC. Por força da remodelação interna da censura foi extinto o lugar de subdirector e criado o de director-adjunto que passou a ser desempenhado pelo tenente-coronel David dos Santos, cf. Circular de 25 de Maio de 1954.

A subordinação da Comissão Central de Exame Prévio (CCEP) à Direcção-Geral da Informação transferiu para o secretário de Estado Moreira Baptista e para a própria DGI de Pedro Geraldês Cardoso⁵⁷, um papel de controlo que anteriormente o próprio aparelho de censura geria, só ocorrendo uma intervenção externa de Salazar/ Paulo Rodrigues⁵⁸ em situações limite. O próprio director-geral da Informação passou a assumir-se como instância de recurso criando, segundo Pedro Feytor Pinto "um sistema com responsáveis de meios de comunicação através do qual estes, para não perderem tempo, enviavam logo para a Direcção-Geral, ao mesmo tempo que para a Censura" o material julgado mais sensível (Pinto, 2011: 166).

Na presidência da censura do coronel Armando Páscoa e do Dr. Mário Bento, a discordância quanto à ausência de corte desta ou daquela notícia ou comentário é, assim, questionada directamente pelos responsáveis políticos, às vezes de forma agreste: num artigo publicado no *Diário de Lisboa* de 7.3.1973, onde numa foto apareciam punhos fechados, Moreira Baptista anotou: "Dr. Mário Bento, isto foi visado?". Mário Bento, fazendo um balanço da sua passagem pela censura, escreveu: "Foi só um ano e pouco, muito absorvido no atendimento dos reclamantes censurados e na ligação com a última instância - a respectiva Direcção-Geral, ou mesmo o secretário de Estado".⁵⁹

O papel interveniente da DGI no processo censório levou, por outro lado, a uma utilização de membros dessa estrutura na leitura especializada de livros com vista à obtenção de um parecer que seria ou não validado pelo director Geraldês Cardoso e comunicado, a título meramente informativo, à CCEP. Não se conhece o quadro de pessoal do Gabinete de Estudos da DGI responsável por esse trabalho de que faziam parte o Dr. Ernesto Manuel Correia de Moura Coutinho⁶⁰, o prolixo autor da quase totalidade dos pareceres entre 1971-1974⁶¹, quase sempre

Neste edifício do século XVIII, o Palácio Ludovice, funcionou o SPN (Secretariado da Propaganda Nacional) e está o Solar do Vinho do Porto desde 1946



Rua S. Pedro de Alcântara nº45 - 2º. Desde 11.6.1961 até 1968. A entrega e levantamento de provas fazia-se pela Rua do Diário de Notícias, nº 150

em sintonia com o director-geral, o juiz Dr. Manuel Lopes Rocha, autor dos pareceres jurídicos e, por certo, outros elementos como os Drs. Martim da Silveira, Jorge Rodrigues Faro, Manuel de Almeida Rino Júnior e Sebastião José de Sousa Diniz, os dois últimos pertencentes a estruturas da DGI como a Repartição da Imprensa Estrangeira e Repartição da Imprensa Portuguesa, ambas sob a alçada de Pedro Feytor Pinto,⁶² Director dos Serviços de Informação e braço direito de Geraldês Cardoso na Secretaria de Estado.

Quer a Direcção-Geral de Informação marcelista, quer o antigo SNI, nomeadamente a Direcção-Geral dos Espectáculos, foram, aliás, viveiro para recrutamento de pessoal político da censura, caso do Dr. João António da Silveira de Lima Pimentel, nomeado para o SLE da censura em 8.5.1973 como redactor na Secção de Imprensa Estrangeira e que, depois de ter sido assessor diplomático de António Guterres, terminaria a sua carreira como



57) Pedro Manuel de Melo da Silveira Geraldês Cardoso (1924-2012), chefe de gabinete de Moreira Baptista desde 1968, sucedeu ao marcelista Clemente Rogeiro que exercera o cargo de director-geral da Informação entre 2.1.1969 e 21.4.1970 quando foi nomeado presidente da Direcção da Emissora Nacional. Anteriormente o Dr. Clemente Rogeiro fora censor entre 1963 e 1968 enquanto vogal da Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores e membro da Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos. **58)** José Venâncio Pereira Paulo Rodrigues (1919-2010) foi Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho entre 1962 e 1968 tendo-lhe Salazar confiado a tutela sobre a Comunicação Social por delegação de competências em despacho de 10.12.1962. **59)** Carta do Dr. Mário Bento ao autor de 28.3.2011. **60)** Ernesto Manuel de Moura Coutinho nasceu em Lisboa em 1946, licenciado em Direito. Fez parte da sociedade Edições Polémica criada para publicar a revista do nacionalismo radical *Política* fundada em Agosto de 1969. Cf. Riccardo Marchi, Op. Cit., pp. 295-296. **61)** IAN-TT-SNI/DSC, Cxs. 526, 573, 630, 658 e 853. A documentação relativa à censura de publicações não periódicas para os anos de 1972 a 1974 só foi tornada pública pela Torre do Tombo em finais de 2013. **62)** Pedro Feytor Pinto (n. 1936, Castelo Branco, licenciado em Direito) que a si próprio se descreve como "funcionário de segunda linha" do regime, (Pinto, 2011 : 259) foi um dos homens colhidos pelo acaso, ao servir de intermediário entre o general Spínola e o Ditador, encurralado no Carmo, temendo que o poder caísse "na rua". Na entrevista dada ao *Expresso* (22.4.2011) sobre a sua responsabilidade na censura, diz ser "absolutamente nenhuma", só interveio uma vez por causa de um artigo de Francisco



Rua S. Pedro de Alcântara nº81 - r/c. Desde 11.12.1968 até 1969

embaixador de Portugal em Oslo (Pinto, 2011: 211), o Dr. Joaquim Jorge Mendes de Brito, desde 1 de Agosto de 1963 na censura a partir da Direcção-Geral dos Espectáculos, de onde terá vindo também o Dr. Nuno de Santa Maria Lima de Carvalho ou, ainda, o Dr. Manuel Nunes Barata, chefe de Repartição da Informação Audiovisual do SNI, na censura entre 1970 e 3.1.1973.

O testemunho do jornalista Daniel Ricardo citando o seu colega de redacção João Vaz, despedido de *A Capital* em Novembro de 1972, na sequência do escândalo suscitado pela publicação de uma carta no vespertino, permite esclarecer que o censor protagonista do pedido de emprego no jornal que arruinou o seu *part-time* na censura foi o coronel Francisco Braga⁶³ e não o Dr. Nunes Barata, num episódio bem ilustrativo do nível de promiscuidade do director de *A Capital* com o Governo com quem tinha estabelecido um

pacto de autocensura com Moreira Baptista através de um revisor interno "entre a redacção e o Exame Prévio" da confiança de Manuel José Homem de Melo.⁶⁴

Esta acentuada perda da autonomia funcional da censura à imprensa, como em nenhum outro período do Estado Novo, articula-se com uma última arma da censura no marcelismo: a instrução de processos judiciais,⁶⁵ para penalizar as infracções cometidas pela imprensa, aspecto incisivamente focado no ensaio de José Cardoso Pires:

Na máquina totalitária, sem independência entre poderes, os braços da repressão trabalham em compromisso contínuo. Polícia e tribunal, decreto e censura fazem parte duma mesma aliança, e não é por acaso que alguns directores da Polícia Cultural (Geraldos Cardoso, Garcia Domingues) tenham transitado da Polícia Judiciária para os tribunais de Supremos Censores". (Pires, 1999: 179-180)

Aos nomes invocados deveremos acrescentar os do próprio Mário Bento, como o do experiente Dr. Bento Garcia Domingues, censor da imprensa, onde entrara em Junho de 1970, como subdirector, e da censura dos espectáculos, onde fizera o seu tirocínio censório entre 1954-57, que "já conhecia bem a casa quando eu cheguei em 1973 e era ele que fazia o atendimento directo nas dúvidas dos Senhores Coronéis e doutros colaboradores"⁶⁶ e, desde Junho de 1973, o último elemento da direcção tricéfala, o Dr. Vitor Manuel Lopes de Sá Pereira, juiz de Direito, ajudante do Procurador da República no Tribunal da Relação de Lisboa, todos eles juristas a quem Marcelo Caetano apostara na colocação à frente da censura no âmbito da criação do chamado Exame Prévio e da nova Lei de Imprensa.

ESTATUTO DO CENSOR MILITAR

Como vimos no relatório de 1969, o tenente Nazaré, ao mesmo tempo que caracteriza a censura como "estrutura velha de 30 anos" e "obsoleta", reconhece que "a censura



Balsemão e, no fundo, até era contra a censura: "Por definição, era". Como qualquer liberal, imagem que desenvolve exaustivamente nas suas memórias. Aliás o Dr. Mário Bento, "director dos serviços do Exame Prévio" era para além de seu "amigo, excelente pessoa e também bastante liberal" (Pinto, 2011: 247). Mas a acção de Feytor Pinto na censura não se esgotou naquele dia aziago do patrão do Expresso. Por diversas vezes substituiu Geraldos Cardoso, o director-geral da DGI e, naturalmente, não se coibia de dar o seu despacho favorável sobre obras censuradas. Era um homem do Regime, afinal, alfo-bre de "liberais". **63)** Agradeço ao jornalista Daniel Ricardo, à data subchefe de redacção de *A Capital*, a informação que permitiu apurar a identidade do censor despedido na sequência da publicação da carta do leitor. O coronel Francisco Braga (n. 1906) pertencia à arma de Artilharia, na reserva, e entrara para a comissão de censura de Lisboa no marcelismo, em Novembro de 1968, não ocupando qualquer função de chefia. **64)** Manuel José Homem de Melo, *Meio Século de Observação*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 179. **65)** *República*, 10 de Maio de 1974. Em colóquio realizado no início de Maio de 1974 sobre a censura o jornalista José Carlos de Vasconcelos salientava a tendência, nos últimos tempos da ditadura, para a utilização frequente de processos judiciais, a repressão judiciária, na expressão de José Tengarrinha, com base no decreto-lei nº 150/72 de 5 de Maio, como "táctica de dissuasão", exemplificando com a perseguição de Mário Castrim, João Abel Manta, as *Novas Cartas Portuguesas* de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa e a *Funda III* de Artur Portela Filho. **66)** Carta do Dr. Mário Bento ao autor de 28.3.2011.

foi sempre um organismo de carácter provisório", contradição aparente, simultaneamente reveladora da natureza do Estado Novo, aquando da aprovação da Constituição de 1933 em que, no capítulo das liberdades, dá com uma mão o famoso artigo 8º, o que depois anula com o decreto-lei nº 22469 de 11 de Abril de 1933 com a instituição da censura prévia.

Mas a natureza precária da censura não radica apenas no texto fundacional do regime. Salazar, nesse mesmo ano, afirmaria que a origem militar do regime haveria de marcar para sempre o Estado Novo. De facto, tendo origem na Ditadura Militar em 1926, o pessoal político exclusivamente militar irá perdurar até 1957, num tempo longo que não teve paralelo com outras instituições do regime, instrumentos da "violência preventiva" ou da "violência punitiva" (Rosas, 2012: 196-210) em que o processo de desmilitarização foi mais célere. Irene Pimentel afirma que a presença de militares à frente da PIDE, Censura e outros organismos seria "uma forma de apaziguar as chefias militares" face a uma subordinação das Forças Armadas consumada por Salazar (Pimentel, 2007: 498).

No caso da censura à imprensa, a essa motivação dever-se-á acrescentar outra de natureza funcional.

Comparada com a censura dos espectáculos que em 1933 era totalmente militar e, no final do regime, estava reduzida a único oficial, a estrutura da censura à imprensa, mais pesada e descentralizada sob o ponto de vista geográfico, manteve-se na mão de oficiais do exército que davam garantias de continuidade de funções e uma disciplina estrita, aspecto que ainda em 1964, face à crescente dificuldade de recrutamento devido à Guerra Colonial, o director Martinha relevava, insistindo na nomeação na província de oficiais destacados na GNR.

É claro que ao longo de três décadas se operaram mudanças significativas na componente militar do pessoal político da censura. Em estudo anterior (Gomes, 2006:108), mostrámos que, na sua fase inicial, a componente militar era constituída por numerosos oficiais no activo, com capacidade operacional, herdeiros do "tenentismo" do 28 de Maio. Esta dimensão veio a alterar-se progressivamente, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, período de grande recomposição do pessoal da censura, quando começa a entrar no aparelho, a nível central, um número cada vez maior de oficiais na reserva, o que dará lugar a alguns problemas de natureza jurídica que irão ser resolvidos a contento dos censores.

Da velha tesoura ao lápis azul

Quando a censura foi implantada pela Ditadura Militar em 1926, a circular nº 21 de 1 de Julho, do ministério da Guerra, fixou um conjunto de regras a observar pela censura prévia à imprensa. O articulado é omissivo relativamente à cor dos cortes a efectuar pelos censores mas a alínea g) da 2ª regra diz expressamente: "Os jornais remeterão ao gabinete de censura quatro exemplares, trazendo um, devidamente tracejado a vermelho, as locais de que foram enviadas provas à censura."

Significa isto que desde o início da censura prévia se institucionalizou a adopção de cores diferenciadas consoante a função - o azul para os censores, o vermelho para os jornais. Sendo os cortes efectuados sobre os granéis impressos, conhecidos na gíria jornalística como linguados, compreende-se a utilização do lápis e não da tinta que facilmente iria borrar um papel excessivamente poroso como era o dos jornais.

Documentação do início do Estado Novo comprova o esforço de



Madame Anasthasie (1874), André Gill, L'Éclipse

centralização e uniformização dentro da máquina da censura normalizando a utilização do lápis azul pela direcção da censura em Lisboa e de cores diferenciadas por outras estruturas do

aparelho censório.

Chegado à Presidência do Conselho em Julho de 1932, Salazar incumbiu o major Álvaro Salvação Barreto, director-geral desde novembro de 1932, de proceder à reestruturação do aparelho da censura à imprensa com a criação de uma estrutura intermédia¹ entre as delegações e a Direcção-Geral, as Comissões de Lisboa, Porto e Coimbra subordinadas à DGSCI (Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa). É neste contexto que se insere a circular nº 33 de 12 de Março de 1933² enviada às comissões e delegações com a seguinte directiva:

1º Esclarece-se que, usando as Delegações o lápis vermelho, as C.C. [Comissões de Censura] o lápis verde para assinalar matéria visada pelas delegações da respectiva Zona, e só esta D.G. [Direcção-Geral] e a C. C. de Lisboa o lápis azul, sempre que qualquer jornal ou prova seja por esta D.G. devolvida com anotações e chamadas com lápis de várias cores, só terão que atender-se e cumprir-se as

Quando em 1970 o coronel Abílio Joaquim Patinho, do Serviço de Administração Militar, da Força Aérea, pediu a revisão da pensão de reserva com o fundamento de continuar a prestar serviço ao Estado como censor, é-lhe negada a pretensão pela Força Aérea num acto que considerou discriminatório.⁶⁷ De facto, era prática corrente a entrada na censura de oficiais na reserva, com menos de 40 anos de serviço efectivo, porque ao abrigo do decreto-lei nº 41958 de 14.11.1958, não só podiam com esse tempo de serviço na censura pedir a melhoria da pensão de reserva, como acumulá-la com a gratificação recebida. O pedido do coronel Patinho só foi deferido em 7.8.1973, e este caso só se tornou exemplar porque pertenceu a um dos ramos das Forças Armadas que poucos elementos colocou na censura, tal como a Marinha.

O coronel Páscoa esclareceu em 1970⁶⁸ que os serviços de censura "não têm quadro orgânico" e que os oficiais que ali em serviço o fazem "a título eventual, ainda que em regime de "full-time", sendo remunerados por gratificações confidenciais pagas por força de verbas globais não destinadas exclusivamente a pessoal e consequentemente sem qualquer desconto para a Caixa Geral de Aposentações". A legislação de 1958, na qual se empenhou

pessoalmente o coronel Larcher, veio assim dar resposta a uma reivindicação dos oficiais criando condições para a contagem do tempo prestado na censura que daria a todos "uma pensão de reforma compensadora".

A definição do regime de prestação de serviço na censura de oficiais do exército na reserva foi ainda objecto do *Memorial* de 3 de Maio de 1972 que anexa um parecer jurídico, com despacho de Salazar de 18.6.1962, relativo ao exercício de funções na censura, suscitado pelo tenente reformado Mateus Fortunato Soares da comissão de Coimbra e que já então obteve deferimento favorável.⁶⁹ A situação de excepção dos oficiais na reserva não se alterou até ao fim do regime, reafirmando Mário Bento, em 1973, "não existir um quadro funcional de Delegados" e que a gratificação paga "não está estabelecida em qualquer norma legal e sai de uma verba única e de carácter confidencial que é abonada a esta Comissão pela Secretaria de Estado da Informação e Turismo".⁷⁰

MARCELISMO: EVOLUÇÃO E CONTINUIDADE

A transição de poder dentro do Estado Novo operou-se também no aparelho censório sob o signo da continuidade, de que é expressão o conteúdo das "Normas de

chamadas e despachos a lápis azul.

Posteriormente, o vermelho passou a ser utilizado no aparelho da censura, pelos próprios censores com funções de fiscalização sobre a matéria já publicada. Fora da comissão de Lisboa a utilização do azul estava vedada dando lugar ao encarnado pois o vermelho era cor maldita.

No período marcelista, o Boletim nº 3/70 de 29 de Julho³, relativo ao controlo de publicações determina que os "cortes" não cumpridos ou a matéria não submetida a censura deverá ser assinalada a vermelho, directiva que voltou a ser evocada no Boletim nº 3/71 de 22 de Abril⁴. Tal não impediu, porém, que outras cores, como o negro ou o verde, pudessem ser utilizadas no tratamento interno das provas dos jornais codificando, por essa forma, o seu visionamento por um chefe ou por um adjunto.⁵

O governo de Marcelo Caetano, fértil em alterações de fachada no aparelho repressivo do regime, procedeu à substituição dos carimbos utilizados pelos censores para classificar as provas



Sempre fixe!, 8 de Julho de 1926

apresentadas pelos jornais mas manteve o lápis azul, cuja adopção convencional desde a Ditadura Militar acabou por assumir junto dos profissionais da imprensa e da opinião pública controlada uma dimensão simbólica da natureza anti-democrática e repressiva do regime ditatorial.

O lápis azul do Estado Novo salazarista poderá assim equiparar-se a uma outra figura que marcou as últimas

décadas do século XIX e início do século XX em França, a senhora Anastásia e a sua implacável tesoura, caricatura de André Gill,⁶ igualmente símbolo das restrições à liberdade de imprensa.

Em Portugal, já após o estabelecimento da Ditadura Militar, o caricaturista Francisco Valença, no *Sempre Fixe!*, conseguiu, por breve tempo, publicar caricaturas que ficaram famosas pela forma mordaz como a censura era tratada, conjugando a velha "tesoura" com o novo lápis azul. **J.C.G.**

NOTAS

- 1) Gomes, J. C. (2006), *Os Militares e a Censura. A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa: Livros Horizonte, p. 47.
- 2) IAN-TT - SNI/Direcção dos Serviços de Censura, Cx. 797
- 3) IAN-TT - SNI/DSC, Cx. 577
- 4) IAN-TT - SNI/DSC, Cx. 577
- 5) IAN-TT - SNI/DSC, Ordem de serviço nº9 de 11 de Agosto de 1969, Cx. 412
- 6) *L'Histoire*, nº 317, Paris, février 2007, p. 43

censura a observar pelas comissões e delegações destes serviços" em que, a par do reconhecimento da sua actuação "casuística", se enfatiza a proibição de matérias jornalísticas "que atinjam, de qualquer modo, o Presidente Salazar, cuja obra, como homem e como político, só pode ser discutida em termos que não diminuam a sua figura" e as "que pretendam, directa ou indirectamente, estabelecer uma antinomia política entre o Presidente Salazar e o Presidente do Conselho".⁷¹

São escassos os dados reveladores da dificuldade de adaptação do pessoal político da censura ao novo Presidente do Conselho. Subentende-se, ocasionalmente, alguma incompreensão por parte dos censores face à evolução do regime quando, a propósito de instruções sobre matérias a "visar", e que dizem respeito às famosas "Conversas em Família", se referem as "inconcebíveis dúvidas" que essas instruções suscitaram, sentindo o director Páscoa a necessidade de esclarecer ser "evidente (...) que toda a matéria expandida por Sua Excelência é, por natureza, totalmente livre".⁷² Quando, em 1969, a

Direcção pergunta aos delegados de todo o país se querem manter-se em funções há plena unanimidade nessa vontade e, em Lisboa, o não alinhamento com o marcelismo será residual e levará à saída de escassos elementos como José Rebordão Esteves Pinto. (Ver quadro 6)

Não obstante, será na Comissão de Coimbra que se detectarão alguns problemas de natureza política no aparelho da censura. O capitão miliciano na disponibilidade Afonso de Jesus Caveiro (em Angola entre 1961-63), presidente da comissão em 1970 (entrara em 28.10.1968), com 38 anos de idade, de tendências integralistas (Vidal, 2002) e ligado a círculos neofascistas de Coimbra, forneceu em 12 de Maio de 1970, ao *Diário de Coimbra*, no contexto da luta estudantil, a notícia falsa da morte de um estudante em incidentes com a PSP, o que pôs em cheque o jornal e redundou na demissão do censor.⁷³ Anteriormente, em Novembro de 1968, sendo presidente das comissões o capitão Constantino da Conceição, um artigo a

QUADRO 3

COMISSÕES DE CENSURA DO PORTO E COIMBRA EM 25 DE ABRIL DE 1974

COMISSÃO DE CENSURA DO PORTO	COMISSÃO DE CENSURA DE COIMBRA
Dr. Alberto Alexandre Pestana de Ornelas (1907-1984). Licenciado em Direito em 21.7.1936, Lisboa. Presidente interino, nomeado vice-presidente em 1.10.1960 Sucedido ao coronel Arnaldo Alfredo Fontes (1901-1967).	Coronel Artur Afonso Pereira Rodrigues , n. 1919. Infantaria. Presidente interino desde 16.5.1970 em substituição do capitão miliciano Afonso de Jesus Caveiro demitido por despacho de 16/6/1970 do Secretário de Estado da Informação e Turismo na sequência da notícia falsa da morte do estudante comunicada pelo censor ao <i>Diário de Coimbra</i> .
Coronel Luciano Roma Torres , n. 1908, reserva 1961, vice-presidente interino. Vogal em 1955. Infantaria.	Alexandrino Marques Ribeiro Professor do ensino primário
Coronel António Pedro Saraiva Júnior , n. 1907, reserva 1964. Artilharia, chefe de grupo interino. Nomeado em 23.8.1966. Convidado pelo coronel Páscoa em Agosto de 1969 para presidente da comissão não aceita alegando razões de saúde e a existência na comissão de pessoas mais qualificadas para o cargo.	Dr. Joaquim Marques de Sá Couto Inspector - adjunto da Polícia Judiciária, entrou em 29.7.1972
Coronel Mário Garcia da Silva , n. 1920, reserva 1969. Infantaria, leitor. Nomeado em 24.4.1970 por proposta do Coronel Simas da DSC. Comandante distrital da Legião Portuguesa.	Coronel médico Aurélio Afonso dos Reis , n. 1919. Desde 10.8.1973. Comandante do Regimento dos Serviços de Saúde.
Capitão José Eduardo Correia de Barros Infantaria, leitor, capitão miliciano na disponibilidade. Desde 1.7.1960.	
Tenente miliciano Amadeu de Almeida Teixeira , n. 1894, reforma 1964. Infantaria, leitor. Já em 29.12.1939 na censura.	

Fontes: IAN-TT-SNI/ Direcção dos Serviços de Censura.



Rua da Misericórdia nº 125 - 1º. Desde 22.9.1969 e até ao 25 de Abril de 1974. As provas eram entregues nas traseiras pela Rua das Gáveas nº 90 - 3º (foto da direita)

publicar no bissemanário de Coimbra *O Despertar*, panegírico de César Moreira Baptista, foi suspenso pela comissão, o que levou o visado a perguntar ao director, tenente Nazaré: "Porque é que a censura de Coimbra é contra mim? Há algo de misterioso em tudo isto, posso saber?".⁷⁴

Politicamente mais incómodo, mas sem consequências para o censor, foi a publicação no *Diário de Coimbra* de 26 de Maio de 1971 do discurso do general Reymão Nogueira, comandante da 2ª Região Militar, por ocasião da visita ao QG da Região Militar, do Chefe de Estado Maior do Exército. Neste caso, o relatório de averiguações mandado fazer pelo director nada apurou contra a comissão, confirmando-se, no entanto, que as instruções telefónicas enviadas de Lisboa para as comissões de Coimbra e Porto eram gravadas, quer por precaução contra os jornais, quer para controlo da Direcção em Lisboa.⁷⁵ O jornal *República*⁷⁶, pouco depois da Revolução, noticiava: "Preciosas gravações encontradas por jornalistas na censura do Porto", acrescentando que jornalistas e escritores tinham forçado a entrada nas instalações e descoberto gravações de conversações entre censores de Lisboa e Porto, uma das quais faz hoje parte do arquivo da RTP.⁷⁷

Já em relação à Comissão do Porto os problemas no funcionamento interno remontam à presidência do capitão Dr. Agostinho Seguro Pereira, que foi demitido no ano de 1959 num ambiente de críspação só aliviado pelas

directivas de Lisboa para que tudo se solucionasse dentro das "normas cristãs de tolerância e de perdão".⁷⁸ Por outro lado, o regime sente dificuldade em controlar alguma da imprensa diária, situação evidenciada durante a campanha do general Humberto Delgado.

Em finais de 1960 foi nomeado interinamente para a comissão o Dr. Alberto Alexandre Pestana de Ornelas, como vice-presidente (um madeirense nomeado por um director madeirense, o Dr. Eduardo Homem de Gouveia e Sousa), mas após a saída do coronel Fontes nunca chegou a ser nomeado um presidente efectivo da comissão pelo que o Dr. Pestana de Ornelas se manterá até 1974 à frente duma comissão em que é o único civil. Lisboa chegará mesmo a enviar para o Porto, em 1967, para funções de controlo, um dos seus mais destacados funcionários, o major piloto-aviador Fernando de Carvalho Tártaro, à data com mais de dez anos de serviço na censura.⁷⁹

O que podemos designar como nomeações de favor para o aparelho da censura em Lisboa, transformadas em verdadeiras sinecuras na mão de oficiais que chegam a alternar uma comissão de serviço em África com o regresso ao lápis azul, talvez seja um dos aspectos marcantes do marcelismo. É o caso da família Cerqueira Rocha que chega a ter em simultâneo três membros, pai e dois filhos⁸⁰, como censores na comissão de Lisboa. Essas nomeações tinham, por vezes, origem em pedidos do gabinete do próprio Presidente do Conselho ou da

67) IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 586. **68)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 586, Ofício de 2.9.1970 para o director do Serviço de Intendência e Contabilidade da Força Aérea.

69) IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 414. **70)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 563, Carta do presidente da Comissão Central de Exame Prévio ao chefe de Finanças da Horta de 18.7.1973. **71)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx.416, Boletim nº 6/68, 25 de Outubro de 1968. **72)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 577, Boletim nº 6/70 de 21.11.1970. **73)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 794. Caveiro foi suspenso de funções e demitido da Comissão de Censura de Coimbra no dia 16.5.1970 na sequência de averiguações feitas em Coimbra pelo coronel José Francisco dos Reis Santos, decisão confirmada por despacho do Secretário de Estado da Informação e Turismo em 16. 6. 1970 no qual se agradece ao censor "os serviços que prestou". *O Diário de Coimbra* no seu número de 21.1.2011 persiste na versão da não demissão do censor. **74)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 522, *O Despertar*, Proc. 169, 14.11.1968. **75)** IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 795, Relatório de Averiguações de 2 de Junho de 1971. **76)** *República*, 4 de Maio de 1974. **77)** Arquivo da RTP, fonograma AHD 20779, registo 1. **78)** IAN-TT-SNI/ DSC, Cx. 796, Ofício do presidente interino alferes Alberto Ponce de Castro, de 13.5.1959. **79)** Processo consultado no Arquivo Histórico da Força Aérea.

Secretaria de Estado, um sinal, também neste campo, da perda da autonomia funcional do aparelho que ao longo dos anos fizera a selecção do pessoal político em regime de cooptação por parte do director.

Finalmente importa registar que desde 1971, um pouco à revelia da tendência para a ocupação de lugares de censores por oficiais superiores na reserva, se dá a entrada de oficiais mais jovens, no activo, normalmente maiores. Este movimento não teve continuidade, pois a maior parte dos oficiais acabou por sair para não interromper as suas carreiras militares, alguns dos quais iriam ascender à elite militar após o 25 de Abril, caso do general António Madeira Peste (censor em 1970-1971), do general António Gonçalves Ribeiro, censor desde 1969 até à sua ida para Angola em 1972, vindo a destacar-se como Alto-Comissário para os Desalojados e ministro da Administração Interna (1978-1979) e do general Octávio Gabriel Calderón de Cerqueira Rocha (censor entre 1970-1973), nomeado Chefe de Estado-Maior do Exército entre 1992 e 1997. A contracorrente, outro oficial no activo e censor entre 11.4.1964 e 10.9.1972, quando sai do aparelho da censura para uma comissão militar em África, o então coronel de Infantaria José Albano de Proença Oliveira Cid (n. 1918), vê-se promovido a major-general em 7.8.1973 e integra o grupo de 42 oficiais gerais passados à reserva no processo de saneamento político das chefias militares mais comprometidas com o regime, após o 25 de Abril ⁸¹ cujo número ultrapassava as três centenas no fim de 1974 (Pinto, 2006: 45).

1968-1974: BALANÇO DO MARCELISMO

No plano legislativo o dado mais significativo do marcelismo é a extinção formal da Direcção dos Serviços de Censura em 1 de Junho de 1972 e a sua integração na Direcção-Geral da Informação, com a designação de Exame Prévio. Este desenvolvimento acarretou uma perda da autonomia funcional da censura, visível não só na selecção do pessoal político, como na sua própria actividade operacional, onde é patente a interferência do Director-Geral da Informação, do Secretário de Estado e

do próprio Presidente do Conselho. Esta situação está igualmente ligada à crescente especialização do trabalho censório, iniciada no início da década de 60 com o Gabinete de Leitura e que se prolongou no marcelismo com a sua transformação em Serviço de Leitura Especializada (SLE), em 3 de Setembro de 1969, culminando em 1972 com a total perda de competência da Comissão Central de Exame Prévio para censura de publicações não-periódicas.

O segundo traço dominante da censura à imprensa é a continuada militarização do aparelho, herdada da Ditadura Militar. A sua lenta desmilitarização, com a entrada de civis, far-se-á ao longo dos anos 60, em boa parte decorrente da constituição do Gabinete de Leitura mas, em simultâneo, assistimos à ocupação das *chefias intermédias*, de chefes e subchefes, por coronéis do Exército que manterão a hegemonia no aparelho, dando corpo ao estereótipo dos "coronéis da censura", que perdurará até ao 25 de Abril. (ver quadro 4)

A nível do pessoal político, os militares não só se reforçaram numericamente como conseguiram em pleno marcelismo colocar um dos seus à frente da censura, o coronel Páscoa, depois de quase dez anos em que a direcção fora predominantemente civil. A renovação dos censores neste período é assim bastante limitada permanecendo em actividade em Outubro de 1973, 56,8% dos que integravam a lista de Setembro de 1968, cabendo aos militares apenas seis saídas de um total de 37 censores iniciais.

A continuidade no aparelho é sobretudo notória a nível das *chefias intermédias*. Dos doze elementos que compunham este núcleo dirigente em finais de 1973, oito já ocupavam essas posições em 1968 mantendo-se praticamente intocáveis os cargos de chefes de grupo e adjunto da direcção, o que explica a elevada média etária das chefias intermédias, 71 anos, com três elementos octogenários à data do 25 de Abril.

Ainda no plano militar assinala-se a entrada, nos anos

80) O coronel Mário de Cerqueira Rocha (1903-1980) entrou para a censura em 5.2.1960. O filho, capitão Mário Jaime Calderón de Cerqueira Rocha (1930-1984), esteve na censura entre 1966 e 1967 e, de novo, desde 15.10.1969 e o filho mais novo, o então major Octávio Gabriel Calderón de Cerqueira Rocha (n. 1932), entrou em 22/9/1970. O caso da família Cerqueira Rocha sendo singular pelo exercício simultâneo do cargo de censor na direcção de Lisboa não é único. O director da censura major Álvaro Salvação Barreto contou com a colaboração na DSC do seu irmão, capitão José Salvação Barreto (1888-1941) entre 1938 e 1941, depois de este já ter sido presidente da comissão de censura em S. Tomé, e mais tarde, em 1971, o filho do major Barreto, tenente-coronel de Cavalaria, Joaquim Maria Facco Viana Barreto, comandante do Presídio Militar de Santarém foi substituído do delegado efectivo, o tenente Manuel António Cardoso. **81)** Diário Popular, 15 de Maio de 1974. **82)** Entre 1957 e 1974 houve na Direcção dos Serviços de Censura, em Lisboa, 38 civis, dos quais cerca de 80% eram licenciados, sobretudo em Direito (mais de 50%) e ainda dois com frequência universitária. **83)** Joaquim de Magalhães e Vasconcelos Ferreira Chaves nasceu em 1903 na freguesia de Santa Maria de Palmeira, concelho de Braga, tendo frequência incompleta do Liceu Sá de Miranda. Grande proprietário rural cedo se destacou nas elites do distrito ocupando a Presidência da Câmara da Póvoa de Lanhoso (1944-1949), a vice-presidência da Câmara de Cabeceiras de Basto e o cargo de Presidente do Grémio da Lavoura de Braga, entre outros da área corporativa. Considerado homem de cultura, publicista, foi director do Correio do Minho, órgão da UN. Cf. Padre Manuel Magalhães dos Santos, Monografia da Póvoa de Lanhoso - Nossa Senhora do Amparo, Jubileus, 1990.

QUADRO 4

PESSOAL POLÍTICO DA CENSURA EM LISBOA - 25 DE ABRIL DE 1974

NOMES DOS CENSORES	ENTRADA	NOTAS
Dr. Mário Bento Martins Soares	1.4.1973	Presidente
Dr. Bento García Domingues	1.7.1970	Subdirector
Dr. Victor Manuel Lopes de Sá Pereira	19.6.1973	Subdirector
Major José Sebastião de Sousa Chaves	21.12.1928	(1893-1977)
Coronel Victorino de Serpa Faria Peres Furtado Galvão	1.6.1957	n. 1893
Coronel Dúlio Norberto Franco Simas	1939	n. 1904
Coronel Francisco Carlos Roma Machado Cardoso Salgado	17.1.1949	n.1904
Capitão José Augusto Brandão Pereira de Melo	1.12.1948	(1890-1974)
Capitão António Boleto Ferro Martins	1966	
Alferes José Maria de Mendonça de Sousa Cyrne	15.9.1959	(1896 -1983)
Coronel Júlio de Almeida Fernandes	28.7.1959	n. 1904
Coronel Orlando Luís de Oliveira	23.11.1959	n. 1907
Capitão António Isidro Martins	1967	n. 1913
Tenente-coronel António Emílio Gameiro Cardoso	24.2.1970	n. 1926
Eduardo Rodrigues Cardoso	1966	Tesoureiro
Coronel Mário Jaime de Cerqueira Rocha	5.2.1960	(1903 -1980)
Coronel José Catela Teixeira Stockler de Albuquerque	1967	n. 1913
Tenente -coronel António Augusto de Sampaio e Melo Pereira de Almeida	1966	n. 1915
Dr. Mário Rodrigues de Pinho Leónidas	1967	n. 1930
Manuel da Silva Lopes	1967	
Dr. Carlos Estêvão da Costa Guerra Machado de Oliveira	1.8.1963	(1921-1984)
Coronel Abílio Joaquim Patinho	31.5.1969	n. 1921
Coronel João António Ribeiro de Albuquerque	1968	n. 1916
Dr. Manuel António da Cruz	1.7.1970	n. 1933
Major João Manuel Martinho Maltês Soares	14.4.1971	n. 1929
Coronel Luís Mendes	11.1.1972	n. 1913
Tenente-coronel António Alemão de Mendonça Cisneiros de Faria	11.1.1972	n. 1924
Coronel Joaquim Duarte de Miranda	11.1.1972	n. 1917
Coronel Artur Neves Correia e Silva	24.4.1972	n. 1913
Dr. João Manuel Sousa Ramos	27.5.1973	
Tenente-coronel José António Anjos de Carvalho	11.2.1972	n. 1930
Dr. João Pereira	1.5.1973	n. 1917
Tenente José Araújo Martins de Sousa Nazaré	16.9.1935	(1895-1980)
Dr. António Gonçalves Júnior	1.10.1973	n.1926
Major Mário Jaime Calderón de Cerqueira Rocha	1966	(1930-1984)
Major Joaquim Ferreira de Gouveia	1970	n. 1910
Tenente João Frederico de Saldanha de Carvalho e Meneses (Reserva Naval)	13.2.1974	n. 1948
Coronel Rui Meira e Cruz	11.2.1974	(1921-2006)
Dr. Domingos Joaquim Pereira de Melo Mascarenhas e Silva	11.2.1974	(1910- 1999)

Fontes: IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 443; Ordem de serviço nº1 de 14 de Março de 1974, Cx. 790. O Quadro 4 foi construído com base na documentação disponível por não ter sido encontrada a parte da lista de gratificações de 31 de Março de 1974 respeitante ao pessoal político. Em destaque as chefias intermédias na direcção da censura desconhecendo-se quem substituiu o Dr. Simão Lopes Gonçalves, chefe do SLE, falecido no fim de 1973.

70, de um pequeno núcleo de oficiais no activo que parece corresponder à tomada de consciência da inviabilidade de liberalizar com a Guerra Colonial e o reforço, do que Inácia Rezola chama de "aliança' Forças Armadas-regime" por parte do sector ultrasalazarista (Rosas e Oliveira, 2004: 341).

Finalmente, nos últimos anos do regime, é no recrutamento do pessoal civil que se opera a maior alteração com

a entrada de censores mais qualificados, quase todos licenciados⁸², em sintonia, de resto, com as necessidades sentidas pela criação do Serviço de Leitura Especializada. No entanto, a constituição duma direcção civilista no último ano do regime com Mário Bento não conseguirá aprofundar a desmilitarização desta estrutura do regime.

O pessoal político das delegações foi o que menos transformações sofreu no período marcelista registando

apenas uma renovação de 25% dos censores. Em termos etários este sector apresenta uma média de 64 anos, inferior à da Direcção, com uma diferenciação de idades muito acentuada, desde os octogenários veteranos da censura a oficiais mais novos em exercício de funções militares.

A entrada de civis no aparelho da censura da província ocorreu igualmente no final da década de 50, mas sem expressão ao nível das delegações até ao início da década de 60 e, sobretudo, após 1965, devido à falta de oficiais mobilizados para a Guerra Colonial. Mantém-se um perfil de clara maioria de oficiais com a patente de capitão ou tenente, poucos no activo, em especial na GNR, e cerca de um terço de civis, pessoal da máquina burocrática corporativa e alguns professores do ensino primário. (Ver quadro 5)

Nas vésperas do 25 de Abril a maior fragilidade da censura à imprensa residia, afinal, no próprio fracasso do velho modelo de censura prévia em dar resposta às solicitações da imprensa face ao esgotamento do regime político. Em ofício de 24.1.1974 o subchefe de grupo do SLE, tenente-coronel Gameiro Cardoso, face à escassez de pessoal, e quando já se utiliza pessoal da secretaria para censuras menores como a revista *Mamãs e Bebés* ou o *Actualidades*, sentenciava:

o volume de serviço amplia-se cada vez mais, novas revistas vão surgindo, a crítica mais penetrante ou sobre problemas delicados nas já existentes e o surto de matéria de índole subversi-

*va mais ou menos insidiosa, com a consequente necessidade de maior reflexão e ponderação na sua apreciação, juntamente com as dificuldades apontadas, levam a que considere completamente esgotada e ultrapassada a capacidade do SLE, não sendo difícil de prever para muito breve uma situação de rotura(...).*⁸⁴

Passados quarenta anos sobre o 25 de Abril há que reconhecer como a revolução democrática portuguesa que conheceu uma justiça transicional "simultaneamente radical, difusa e com escasso recurso ao sistema judicial" (Pinto, 2006: 64) foi tolerante para com o pessoal político da censura, civil ou militar.

A legislação publicada com vista ao saneamento da função pública, em particular o artigo 9º do D. -L. nº 123/75 que referia expressamente todos os agentes da censura desde o topo às delegações, rapidamente ficou letárgica e os únicos censores suspensos de funções, não pelo exercício da censura, à excepção do director Dr. Mário Bento, foram magistrados, agentes da Polícia Judiciária ou funcionários com actividade legionária⁸⁵ que pouco tempo depois foram reintegrados nos serviços de origem. Dos dois subdirectores, o Dr. Bento Garcia Domingues regressou à PJ em 1976 e, ao terminar funções em 1985, foi-lhe atribuído o "crachat" de ouro pela Direcção que descobriu no antigo polícia e censor "assinalável capacidade de conciliar exigível firmeza de actuação com uma prudência certa, esclarecida tolerância e apurada compreensão do Homem na sua verdadeira e mais transcendente dimensão",⁸⁶ enquanto o Dr. Vítor Manuel Lopes de Sá Pereira terminou a sua carreira como Juiz Conselheiro no Supremo Tribunal de Justiça em 1992. ■

SERVIÇOS DE CENSURA
(S.E.D.E.)
AUTORIZADO
COM
CORTE

84) IAN-TT-SNI/DSC, Cx.794, Ofício de 24 de Janeiro de 1974 ao Presidente da Comissão Central de Exame Prévio do tenente-coronel António Emílio Gameiro Cardoso, Subchefe de Grupo do SLE. **85)** Num livrinho panegírico do passado político do Dr. Jorge Fernandes Moreira, por quem com ele privou na Direcção-Geral do Ensino Superior entre 1969 e 1984, a autora não hesita por em paralelo o saneamento pelo Estado Novo, em 23 de Abril de 1931, do Dr. Bernardino Machado, um antigo Presidente da República, do lugar de professor aposentado da Universidade de Coimbra por mera retaliação política (reintegrado em 1983 a título póstumo), com o censor Fernandes Moreira, entre 1966 e 1970, inspector superior no ministério da Educação, saneado em 1977 por ter pertencido à Legião Portuguesa e ao seu Agrupamento Especial de Oficiais (AEO-FAC), reintegrado em 1982. Cf. Aurora Martins Madaleno, No Centenário da República (1910-2010) - Saneamento e Reintegração. São Brás de Alportel, Edição da Casa da Cultura António Bentes, 2012. **86)** Proposta nº 119/85 da Direcção da PJ consultada no processo do Dr. Bento Garcia Domingues no Departamento de Recursos Humanos/Sector de Pessoal, da Polícia Judiciária.

QUADRO 5

DELEGADOS DA COMISSÃO CENTRAL DE EXAME PRÉVIO (1974)

DELEGAÇÃO	NOME	PROCESSO	NOTAS
Angra do Heroísmo	Dr. Gervásio Luso de Sousa Martins	Delegado desde 9.12.65	n.1925 (?); licenciado Direito, Lisboa
Aveiro	Capitão Armando Luís Correia, Infantaria	Delegado desde 1.7.72, na GNR.	n. 22.5.1916, cap. 10.4.1965, ingresso na GNR em 1.2.1969.
Beja	Capitão Mário Pinto Pestana Fraústo, Cavalaria	Delegado desde 16.2.72; ingresso na GNR em 6.9.1953	n. 24.10.1926
Braga	Joaquim de Magalhães e Vasconcelos Ferreira Chaves ⁸³	Delegado desde 16.9.1962	(1903-1977), del. da Intendência Geral dos Abastecimentos (Braga)
Bragança	Capitão Álvaro da Silva Freitas Palmeira, Infantaria	Delegado em 8.11.1964.	n. 12.2.1927, cap. 1.12.1965, ingresso na GNR em 21.12.1955
Castelo Branco	António Marques Flor	Nomeado em 31.7.1965.	Professor, Delegado do Distrito Escolar
Évora	Tenente miliciano Bernardo da Fonseca Fialho, Artilharia	Delegado substituto em 1966, delegado possivelmente desde Outubro de 1967	Em serviço no QG da 3ª Região Militar
Faro	Capitão miliciano Mário Lopo do Carmo, Infantaria	Nomeado antes de 1929.	n. 28.12.1898, reserva 31.12.1937, reforma 5.8.1966
Funchal	Tenente- Coronel Eleutério Valeriano Melim, Infantaria	Desde 9.6.70, delegado efectivo.	n. 14.4.1921, tenente-coronel 12.8.1967, reserva 6.9.1968
Guarda	Frederico Jaubert Cabral de Quadros	Nomeado em 27.7.1968.	Chefe de Zona da Intendência dos Abastecimentos (em 1964)
Guimarães	Manuel Alves de Oliveira	Nomeado em 28.2.1963	Director do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; (1892-1990)
Horta	Capitão Joaquim Monteiro de Freitas, Infantaria	Delegado desde 9.12. 1963, ano em que reinicia funções com 67 anos.	Fora delegado em 1934; (1896-1983)
Leiria	Capitão José Dias Miguel Trovão, Infantaria	Delegado substituto desde 2.10.1965 . No final de 1965 já é delegado.	n. 1932, cap. 6.5.1969, ingresso na GNR em 26.9.1961
Ponta Delgada	Dr. Ernesto Pacheco Correia de Andrade	Primeiro ofício datado de 22/10/1965.	(1900-1976); subdelegado do INTP, chefe da secretaria da Federação dos Municípios de S. Miguel; U. N..
Portalegre	Capitão António de Oliveira Liberato, Infantaria	Delegado desde 14.11.1949.	Comandante distrital da LP. n. 6.9.1899.
Santarém	Capitão Manuel António Cardoso, QSAE	Terá passado a delegado efectivo em 1.5.1956	(1904 -1990); Cap. SGE, capitão 13.5.1959 reserva 21.4.1964
Setúbal	Capitão miliciano José Augusto de Almeida, Infantaria	Delegado substituto em 8.2.1944. Delegado em 9.5.1957	(1892 - 1978); capitão 1.1.1938; reforma 20.8.1962
Viana do Castelo	Coronel Napoleão Pita Meira de Amorim, Artilharia	Delegado desde 12.4.1971	(1913 - 1974); reserva 5.11.1968. Participou no contingente Viriatos na Guerra Civil de Espanha
Vila Real	Capitão José Pereira de Almeida, SGE	Desde 24.9.1972 . Na GNR.	(1908 -1983), capitão 30.3.1963; reserva 23.7.1968
Viseu	António Alberto Castelo Branco Nogueira	Delegado efectivo em 22.6.1959	n. 1912; professor do ensino particular.

Fontes: IAN-TT-SNI/DSC, Cx. 766, documento não datado referente a finais de 1973-1974; caixas 563, 590, 737, 740 e 742. Lista geral dos oficiais da GNR e pessoal contratado, referida a 1 de Janeiro de 1973, GNR, Comando -Geral, 1ª Repartição.

QUADRO 6

PESSOAL POLÍTICO CIVIL NA DIRECÇÃO DA CENSURA À IMPRENSA (1957-1974)

NOME	NOTAS
António Gonçalves Júnior, n. 1926.	Licenciado. Inspector na Direcção-Geral da Previdência, Ministério das Corporações e Previdência Social. Na censura desde 1.10.1973.
António Neves Martinha (1907-1975)	Licenciado em Direito, Lisboa, 1929 O primeiro civil na DSC, Director-adjunto e Director entre 1957 e 1965. Fiscal do Governo no RCP e RR. Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos entre 1971-1974.
António Nuno Correia Abrantes	Na censura já em Janeiro de 1966 e até 13.9.1969.
Bento Garcia Domingues, n.1921	Licenciado em Direito, 1945, Lisboa. Nomeado subdirector em 1.7.1970
Carlos Estêvão da Costa Guerra Machado de Oliveira (1921-1984)	Licenciado em Direito, Coimbra. Admitido em 1.8.63. Chefe de Repartição de Documentação e Pessoal da Junta de Energia Nuclear. Censor na RTP.
Domingos Joaquim Pereira de Melo Mascarenhas e Silva (1910- 1999).	Licenciado em Direito, 1934, Lisboa. Director de produção da RTP; Director do Jornal Notícias de Lourenço Marques
Eduardo Homem de Gouveia e Sousa (1907- 1970).	Licenciado em Direito, 1936, Lisboa. Director em 1960.
Eduardo Rodrigues Cardoso	Tesoureiro. Vereador e Presidente da Comissão de Turismo de Sintra (1969)
Estêvão António Gonçalves Martins (? - 1970)	Leitor do serviço de Livros e Revistas e Jornais Estrangeiros.
Guilherme Lourenço Pinheiro, n.1907	Licenciado em Direito, 1937, Lisboa. Director de 1.1.1961 a 26.6.1961.
João António da Silveira de Lima Pimentel, n. 1947	Licenciado em Direito, Coimbra, 1973. Nomeado para leitor do SLE desde 8.5.73 e até 14.1.1974. Na SEIT (1971) na Secção de Imprensa Estrangeira.
João Manuel de Sousa Ramos, n. ?	Licenciado em Direito, Coimbra, 1973. Censor em Coimbra desde 1970 transferido para Lisboa em 27.5.73 no Serviço de Leitura Especializada.
João Maria Calado Branco e Meira, n.1923	Licenciado em Direito, 1957, Lisboa. Desde 19.3.1959 na censura e até 1968. Inspeção Superior da Mobilização Civil da Presidência do Conselho.
João Pereira, n. 1917	Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas, 1954. Leitor desde 1.5.73
Joaquim Guilherme Pignatelli Galvão Videira	Saiu a seu pedido do SLG em 1.4.1971.
Joaquim Jorge Mendes de Brito, n.1924	Licenciado em Direito, 1959, Lisboa. Admitido desde 1.8.63. Subdirector em 1973. Director dos Serviços do Património Turístico da SEIT (Maio 1971).
Joaquim Raymond Palhares (? - 1971)	Adjunto da secção de livros, revistas e jornais estrangeiros.
Jorge de Filgueiras, n. 1929	Frequência da Faculdade de Letras, Lisboa. Dramaturgo, tradutor na RTP; Secção de Noticiários da Direcção-Geral de Informação.
Jorge Fernandes Moreira (? -2000)	Licenciado. Na censura entre 3.1.1966 e 1.8.1970. Em Abril de 1974 inspector na Direcção-Geral do Ensino Superior.
José Fernando Quesada Pastor (1919-2000)	Licenciado em Direito, 1942, Lisboa. Director da censura em 1959. Presidente da Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos (1960-1965). Presidente do Conselho de Programas da Emissora Nacional de Radiodifusão. Chefe de gabinete de Marcelo Caetano na Presidência do Conselho.
José Maria Alves, n. 1925.	Licenciado em Direito, 1957, Lisboa. Na censura à imprensa antes de 1966 e até Setembro de 1969. Desde 1966 Inspector-Chefe dos Espectáculos e vice-presidente da Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos até 1974.

José Rebordão Esteves Pinto, n. 1932	Frequência de Medicina (1952), Coimbra . Desde 30.11.65 a 1.2.1969 na censura.
José Valeriano Glória Pacheco (1908-1969)	Licenciado em Direito, Coimbra. Na censura entre 1.6.1960 e 1.10.1963. Presidente da Câmara Municipal de Almada (1962-1969).
Luís Filipe da Cunha de Noronha Gama Lobo Demyon (1928-2010).	Licenciado em Histórico-Filosóficas, Lisboa. Presidente das Câmaras Municipais de Santarém (1966-1967) e de Loures (1970-74). Desde 2.10. 69.
Luis Geraldês da Costa	Licenciado. Na censura de 1960 a 1965.
Manuel António da Cruz, n.1933	Licenciado em Direito, 1965, Lisboa. Desde 1.7.70 leitor estagiário no SLG. Coordenador de programas da ENR. Consultor jurídico da Emissora Nacional.
Miguel Augusto Pinto de Meneses, n.1917	Licenciado em Filologia Clássica , Coimbra, 1941. Deputado da União Nacional entre 1965-1969. Na censura antes de 1966 e até Setembro de 1969.
Manuel Nunes Barata, n. ?	Licenciado. Chefe de Repartição da Informação Audiovisual do SNI. Leitor estagiário desde 19.1.70 no Serviço de Leitura Geral, sai em 3.1.1973.
Manuel da Silva Lopes	Funcionário do Instituto do Vinho do Porto. Revisor do serviço de controle.
Mário Bento Martins Soares, n.1928	Licenciado em Direito, Coimbra. Presidente da CCEP de 1.4.73 a 25.4.1974.
Mário Rodrigues de Pinho Leóidas, n. 1930	Licenciado em Ciências Matemáticas, 1966, Lisboa. Chefe de Repartição do Fundo de Fomento do Desporto.
Nuno de Santa Maria Lima de Carvalho, n. 1932	Licenciado em Direito. Subchefe do Serviço de Leitura Especializada.
Nuno Manuel Baptista Múrias (1927-2008)	Filho do Dr. Manuel Maria Múrias Júnior, director do Diário da Manhã.
Rui Edmundo de Araújo Vasconcelos Pereira e Alvim, n. 1928	Licenciado em Direito, Coimbra, 1958 ?. Director de 15.9.1965 a 7.2.1966. Chefe de Repartição do Fomento do Comissariado do Turismo.
Rui Rocha de Macedo , n. ?	Licenciado. Na censura antes de 1966 e até 1969.
Simão Lopes Gonçalves (1908-1973)	Licenciado em Medicina, 1932, Lisboa. Presidente da Comissão Distrital de Lisboa da U.N.(1960). Censor de 1967 a 1973, chefe de grupo do SLE.
Vitor Manuel Lopes de Sá Pereira (1929-2010)	Licenciado em Direito, 1956, Lisboa. Subdirector desde 19.6.73.
Virgílio Torrezão Bastos	Arquivista. Desde 1.12.1969.

Fontes: documentação do IAN-TT-SNI/Direcção dos Serviços de Censura; Arquivos das Universidades de Lisboa e de Coimbra.



BIBLIOGRAFIA

- Antunes, J. F. (org.) (1985), *Cartas Particulares a Marcelo Caetano*, Lisboa: Publicações D. Quixote
- Anuário Diplomático e Consular Português (2007), vol. LXXV, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Azevedo, C. (1999), *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Lisboa: Editorial Caminho
- Baptista, C. (2012), *Apogeu, Morte e Ressureição da Política nos Jornais Portugueses - do Século XIX ao Marcelismo*, Lisboa: Escritório Editora
- Cabrera, A. (2006), *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa: Livros Horizonte
- Cabrera, A. (coord.) (2013), *Censura nunca mais. A censura ao teatro e ao cinema no Estado Novo*, Lisboa: Alêtheia Editores
- Caetano, M. (1977), *As minhas memórias de Salazar*, 2ª edição, Lisboa: Editorial Verbo
- Campos, J. P. (coord.) (2009), *AAC - Os rostos do poder*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Carvalho, A. A. de (1999), *A Censura à Imprensa na Época Marcelista*, 2ª edição, Coimbra: Minerva
- Castanheira, J. P. (2009), *O que a censura cortou*, prefácio de Francisco Pinto Balsemão, Lisboa: Expresso
- Castilho, J. M. T. (2012), *Marcelo Caetano Uma biografia política*, Coimbra: Edições Almedina
- Cavaco, S. (2012), *Mercado Media em Portugal no Período Marcelista. Os Media no Cruzamento de Interesses Políticos e Negócios Privados*, Lisboa: Edições Colibri
- Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo (1980), *A política de informação no regime fascista*, vol. 1, 2ª edição, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros
- Correia, F. e Baptista, C. (2009), *Memórias Vivas do Jornalismo*, Lisboa: Editorial Caminho, Lisboa
- Cruz, M. B. da M. e Ramos, R. (org.), (2012), *Marcelo Caetano. Tempos de Transição*, Porto: Porto Editora
- Cruz, M. B. da M. e Pinto, A. C. (dir.) (2004-2005), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*, vol. 2º, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República
- Direcção dos Serviços de Censura (1950), *Instruções sobre literatura infantil*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade
- George, J. P. (2002), *O meio literário português (1960-1998). Prémios Literários, Escritores e Acontecimentos*, Lisboa: Difel
- Gomes, J. C. (1997), *A Censura na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1939): estrutura e pessoal político*, dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa: ISCTE
- Gomes, J. C. (2006), *Os Militares e a Censura. A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa: Livros Horizonte
- Gomes, J. C. (2006), "Álvaro Salvação Barreto: oficial e censor do salazarismo", *Media & Jornalismo*, 9: 57-88
- Gomes, J. C. (2013), "Os censores do 25 de Abril: o pessoal político da censura à imprensa", *Media & Jornalismo* N° 23, Vol. 12, N° 1, pp. 77-103
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (s/d), Lisboa: Editorial Enciclopédia
- Pires, J. C. (1999), "Técnica do Golpe de Censura". In *E agora, José?*, 2ª edição, Lisboa: Publicações Dom Quixote
- Marchi, R. (2009), *Império, Nação, Revolução. As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa: Texto Editores
- Melo, M. J. H. de (1996), *Meio Século de Observação*, Lisboa: Círculo de Leitores
- Meneses, F. R. de (2010), *Salazar - Uma biografia política*, Lisboa: Publicações Dom Quixote
- Nogueira, F. (1986), *Um político confessa-se. Diário: 1960-68*, Porto: Edições Civilização
- Pimentel, I. F. (2007), *A História da PIDE*, Lisboa: Círculo de Leitores/ Temas e Debates
- Pinto, A.C. (2006), O legado do autoritarismo e a transição portuguesa para a democracia,(1974-2004), In *Portugal : 30 de Democracia (1974-2004)*, M. Loff e M. da C. M. Pereira (coord.), Porto : Universidade do Porto
- Pinto, P. F. (2011), *Na Sombra do Poder*, Lisboa: Publicações Dom Quixote
- Ramos, R. (coord.) (2010), *História de Portugal*, 2ª edição, Lisboa: A Esfera dos Livros
- Rego, R. (1970), *Horizontes Fechados. Páginas de Política*, 2ª edição, Porto: Brasília Editora
- Rosas, F. e Oliveira, P. A. (coord.) (2004), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa: Editorial Notícias
- Rosas, F. et al. (org.) (2009), *Tribunais Políticos. Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, Lisboa: Círculo de Leitores/ Temas e Debates
- Rosas, F. (1994), O Estado Novo (1926-1974). In *História de Portugal*, vol. VII, dir. de José Mattoso, Lisboa: Editorial Estampa
- Rosas, F. (2012), *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*, Lisboa: Edições Tinta da China
- Tengarrinha, J. (2006), *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra: MinervaCoimbra
- Torgal, L. R. (2013), *Marcello Caetano, Marcelismo e "Estado Social". Uma interpretação*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Valente, V. P. (2002), *Marcello Caetano. As desventuras da razão*, Lisboa: Gótica
- Vidal, J. M. (2002), *Real República Pré-Kis-Tão. Memórias de Coimbra*, Lisboa: Hugon Editores
- Joaquim Cardoso Gomes | Centro de Investigação Media e Jornalismo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CIMJ/ FCSH-UNL)
- Edição revista e aumentada do artigo publicado em *Media & Jornalismo*, n° 23, Vol. 12, N° 1 - 2013, pp. 77-103, comunicação ao Congresso Internacional Censura ao Teatro e ao Cinema, 13 a 15 de Novembro de 2013, CIMJ/FCSH-UNL.